

28 de Novembro 2016  
Segunda-Feira  
Semanário - Ano 1  
Nº 37 / kz 400  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza

### Taxa de circulação em cobrança

A taxa de circulação começa a ser cobrada esta semana, a partir de quinta-feira, 1 de Dezembro, até 31 de Março de 2017. As regras mantêm-se. Os valores variam entre 1.500 e 12.500 kwanzas e as multas, em caso de incumprimentos, estão fixadas em 50% do valor do selo. Pág. 9

### CUSTOS OPERACIONAIS EM CAUSA

## Fábrica de lapidação em risco

A Angola Polishing Diamonds, empresa tutelada pela Sodiam, do grupo Endiama, pondera paralisar completamente a actividade, como resultado do aumento dos custos operacionais, em contraste com baixos níveis de produção. Pág. 18



Manuel Tomás © NE

### INICIATIVAS NA CAC

## 500 projectos em apenas três meses

**ENTREVISTA.** Em pouco mais de três meses, a Câmara de Comércio Angola-China recebeu mais de 500 projectos de empreendedores e empresários angolanos à procura de parcerias com investidores chineses. A revelação é de Arnaldo Calado, presidente da instituição. Págs. 4 a 7

### ISABEL DOS SANTOS

## Dentro da “legalidade”

**DIREITO.** A polémica sobre a nomeação de Isabel dos Santos ganha, cada vez mais, espaço no plano da discussão técnica. Vários especialistas, incluindo dois constitucionalistas catedráticos portugueses, contestam de forma clara a impossibilidade de aplicação da Lei da Probidade Pública aos actos do Presidente da República, por estar em causa uma lei infraconstitucional. Pág. 22



Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 176,7 Kz (-2,6) ▼ LIBRA 206,9 Kz (-1,4) ▼ YUAN 24,3 Kz (+0) ▲ RAND 11,6 Kz (+0) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

# Descarregue a App

Visite o website: [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)



# NOVO CAPÍTULO

**D**esde que Isabel dos Santos foi nomeada para presidir à Sonangol, repetimos neste espaço várias leituras em torno da inevitável polémica. Questionámos as questões ético-morais correlacionadas. Explicámos a legitimidade de quem governa assumir riscos políticos, mas deixámos, de forma transparente, a interpretação da Lei aos especialistas do Direito. Passados vários meses e com várias análises dispersas, a propósito do requerimento de impugnação colocado no Tribunal Supremo, o argumentário legalista ganha cada vez mais forma. E, neste âmbito específico, o da legalidade do acto, parece cada vez mais claro o lado da razão.

Informação a que o VALOR acedeu, de forma exclusiva, indica que alguns constitucionalistas portugueses de opinião respeitável estão alinhados com os defensores da legalidade do acto de José Eduardo dos Santos. Um deles é Jorge Ferreira Sinde Monteiro, professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra, que avança três justificações correlatas: o facto de se tratar de um acto discricionário do Presidente da República, que, no caso, é um órgão de soberania; o facto de os actos do Presidente da Re-

pública serem limitados apenas pela Constituição, e, por último, o facto de o Presidente da República ser o titular do Poder Executivo e não propriamente um membro do Executivo. Jorge Bacelar Gouveia, outro constitucionalista catedrático português, identificava, sexta-feira à TPA, razões processuais e substantivas para questionar o requerimento de impugnação. E foi inclusivamente mais longe ao questionar a legitimidade do Tribunal Supremo em aceitar o expediente de contestação à nomeação de Isabel dos Santos, por assim interferir num espaço discricionário do poder governativo de um órgão de soberania. Já na semana passada, o jornal 'Nova Gazeta' deu estampa aos prós e contras do caso Isabel dos Santos na Sonangol. E, na balança dos contra-argumentos, os defensores da ilegalidade do acto do Presidente da República, como a jurista Mihaela Webba ou o jurista Pedro Kaparakata, não

conseguiram evoluir para além do artigo 28º da Lei da Proibição de Pública.

Do outro lado, os defensores da legalidade, tal como dizem agora os constitucionalistas portugueses, evocaram a impossibilidade de uma lei infraconstitucional limitar o exercício de governação do Presidente da República, cujas fronteiras apenas a Constituição estabelece. João Pinto, conhecido jurista angolano, assim como Jorge Bacelar Gouveia, questionou a actuação do Tribunal Supremo, indicando que este órgão de soberania deveria pura e simplesmente responder com um indeferimento liminar ao pedido de impugnação de Isabel dos Santos apresentado por um grupo de advogados. Itiandro Simões, outro conhecido jurista angolano, lembra outra perspectiva, em alinhamento com a legalidade do Presidente. Defende que reconhecer a aplicabilidade da Lei da Proibição ao Presidente da República implica, simultaneamente, admitir que as consequências decorrentes da sua violação são também aplicáveis ao Titular do Poder Executivo, o que, nos termos da Constituição, é simplesmente inadmissível.

O debate, no plano legal, está relançado. A bola está agora do lado dos contestatários. Aguardemos pelos próximos argumentos.



## FICHA TÉCNICA

### Director-Geral:

Evaristo Mulaza

### Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

**Editor Executivo:** António Nogueira

**Editor gráfico:** Pedro de Oliveira

**Redacção:** António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

**Fotografia:** Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

**Paginação:** Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

**Colaboradores:** Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

**Produção gráfica:** Notiforma SA

**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda

**Tiragem:** 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

**Assistente de Administração:** Mariquinha Rego

**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão, Nelson Manuel

e Valdimir de Almeida

**Departamento comercial:** Arieth Lopes, Geovana Fernandes  
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

**Nº de Contribuinte:** 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

email: administracao@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



### Júlio Matias

Especialista em seguros

#### Qual é a importância da governança corporativa no sector segurador?

A governança corporativa visa conciliar os interesses de uma corporação com respeito às leis, à sociedade e ao meio ambiente. Envolve uma gestão pautada em valores, assente na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

#### Que papel assume a questão da transparência e auditoria interna a nível das empresas que actuam no mercado segurador?

A transparência assume-se como pilar fundamental para a governança corporativa. Por isso, propusemo-nos realizar uma conferência para abordar a transparência na gestão da actividade seguradora.

#### A auditoria não é uma prática reiterada nas empresas seguradoras?

O sector segurador em Angola expandiu-se recentemente. Antes existia apenas uma única empresa que é a Ensa Seguros de Angola. Agora são mais de 20 operadoras a funcionar no mercado. Daí a necessidade de despertar nos novos 'players' a importância da auditoria interna no sector. Esse processo, que faz parte dos pilares da governança corporativa, só credibiliza ainda mais as seguradoras.

### TERÇA-FEIRA

Realizou-se no Zaire a ligação da vila piscatória do Nzeto, situada a 230 quilómetros de Mbanza Congo, à rede nacional de electricidade. Prevista inicialmente para 11 de Novembro, a operação teria sido adiada por razões administrativas, segundo informações do Ministério de Energia e Águas.

### QUARTA-FEIRA

Empresários da região da Wielkopolska, da República da Polónia, e homólogos da Huila estabeleceram, no Lubango, acordos de negócios nos sectores da indústria alimentar, fabrico de tanques de combustível, aviação, agricultura, ciência e tecnologia.

### QUINTA-FEIRA

O chefe de departamento de inspecção do Ministério do Comércio no Bié, José Maria Sahombe, denunciou a existência de muitos agentes económicos que, na busca do lucro fácil e má-fé, apagam a data própria fixada no rótulo do produto para enganar os clientes.



### SEXTA-FEIRA

A Academia de Seguros e Fundo de Pensões realizou uma conferência sobre governança corporativa. O acto foi presidido pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, e visou analisar as normas internacionais de contabilidade face ao actual contexto económico e mundial.



### SÁBADO

A Câmara de Comércio US-Angola (USACC) tem contribuído para melhorar e reforçar as relações entre Angola e os Estados Unidos, considerou a presidente do USACC, Maria da Cruz, durante uma palestra dirigida a membros do governo norte-americano.



### DOMINGO

O presidente do conselho executivo do Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC), Gerónimo Francisco, anunciou que o banco projecta aumentar em 100%, num curto espaço de tempo, o seu capital social actual de cinquenta milhões de dólares.



### SEGUNDA-FEIRA

O Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu, no período de 14 a 18 de Novembro, divisas no valor de 106,8 milhões de euros, equivalente a 119,3 milhões de dólares, ao mercado interno, anunciou a instituição em comunicado. O montante serviu fundamentalmente para acudir despesas com viagens, ajuda familiar, saúde e educação.

### COTAÇÕES



Índice	Valor	Variação	Variação %
PSI 20	4.461,89	+17,38	+0,39%
DAX Futuros	10.707,0	+19,5	+0,18%
CAC 40	4.550,27	+7,71	+0,17%
IBEX 35	8.674,40	+17,20	+0,20%
S&P 500 Futuros	2.211,25	+10,50	+0,48%
Dow 30 Futuros	19.135,5	+81,5	+0,43%
Índice Dólar	101,48	-0,29	-0,28%
Índice Euro	86,70	+0,25	+0,29%
Petróleo Brent	47,09	-1,91	-3,90%
Petróleo	45,99	-1,97	-4,11%
Gás Natural	3,072	+0,046	+1,52%
Ouro	1.183,00	-6,30	-0,53%
Prata	16,517	+0,126	+0,77%
Cobre	2,678	+0,071	+2,70%
Café Londres	2.050,00	0,00	0,00%
Alumínio	1.766,50	+2,25	+0,13%

### DEPOIS DA TEMPESTADE TRUMP, A BONANÇA

O optimismo dominou o fecho dos principais mercados mundiais ainda influenciados por potenciais ganhos encontrados pelos investidores no âmbito do novo paradigma político americano sob o leme de Donald Trump. E pelas negociações entre a FED e os bancos centrais da Europa, Inglaterra, Suíça e Japão. Os mercados asiáticos, que registaram os maiores ganhos, animados pela valorização do dólar que enfraquece o yen, favorecendo as exportações.

### ARÁBIA SAUDITA ARRASTA PETRÓLEO PARA O VERMELHO

O PSI 20 fechou no verde, com ganhos de 0,4%, depois de uma sessão que tocou o vermelho ao longo do dia e que fechou com um baixo volume de negociações. As papeleiras Altri e Navigator salvaram o dia com valorizações de 3,4% e 2,5% respectivamente. O petróleo caiu dos 50 USD por barril registados na semana passada para os 47 USD, depois de a Arábia Saudita se recusar a participar na reunião de países produtores não OPEP, em que participam produtores como a Rússia, para discutir cortes concertados.

# Entrevista

MANUEL ARNALDO CALADO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO ANGOLA/ CHINA

## “Recebemos mais de 500 projectos de investimento em três meses”

Empresário fala da relação, de três anos, que a associação que dirige mantém com investidores chineses, realçando que parceria tem permitido o país alcançar significativos ganhos na cena económica. Reconhece haver ainda algumas barreiras no ambiente de negócio em Angola, mas que têm sido prontamente ultrapassadas pelos parceiros asiáticos.

Por André Kivuandinga e José Zangui

**C**omo surgiu a Câmara de Comércio Angola-China (CAC)? Surgiu de forma natural. Havia

várias entidades interessadas, até porque já existia uma associação da Câmara de Comércio Angola-China, criada em 1995. Foi essa associação que evoluiu para uma câmara.

**No seu caso, parece que houve sempre alguma inclinação para trabalhar com os chineses, desde o tempo em que esteve na Endiama. Porque?**

Por causa da política da China de apoio a África. Basta olharmos para África antes dos chineses e veremos as diferenças. Os outros dão-nos apoios, mas ameaçam-nos com a faca ao pescoço para que façamos o que eles querem. A China não. Tem uma política de apoio que é de Estado, de querer ajudar o equilíbrio no mundo. Os africanos precisam de infra-

-estruturas, indústrias e agricultura, mas os governos devem ser eleitos legitimamente.

Sou apaixonado pela política chinesa relativamente ao apoio aos países do terceiro mundo. Havia países africanos que nem estradas asfaltadas tinham, nem mesmo um palácio. Angola tem de continuar a agradar os chineses, devido à concorrência que está a haver.

**Essa sua inclinação à China ditou a sua eleição à presidência da Câmara?**

Na verdade, não esperava. Fui indicado por uma instituição e depois fui eleito entre os membros. Agora as atenções estão viradas para a criação dos órgãos. Estamos, por exemplo, a criar as delegações provinciais que vão fazer o mesmo papel que a da Câmara nacional. Em Dezembro, vamos constituir o Auto-Conselho Estratégico, um órgão de apoio ao presidente da Câmara que vai integrar bancos nacionais e chineses, será constituído por 25 angolanos e 25 chineses.

**O que é a Câmara hoje?**

É como um confessorário, porque aparecem empresários com preocupações diversas. Uns têm



ideias brilhantes, mas sem recursos nem património. Outros possuem muito património, mas sem ideias, não sabem o que fazer com tantos recursos. Outros ainda têm ideias e património, mas não sabem como arrancar no mundo

dos negócios, sem parcerias. Há ainda aqueles que têm tudo, mas com vários problemas familiares, relacionados com a herança.

**E de que forma a CAC apoia em cada caso?**

O que fazemos é transmitir a experiência de um para o outro. Temos, por exemplo, jovens os quais incentivamos a fazer pequenos negócios e já estão a progredir. Passamos esta experiência, aconselhamos a evitarem fazer publi-

# 50

Por cento das solicitações feitas aos bancos através da CAA foram atendidas.

*Enquanto nós, os mais velhos, dormimos oito horas ao dia, os jovens podem dormir duas horas e as outras é para pensarem e procurarem a imaginação.*

*O investidor gosta que o combinado e registado no contrato seja comprimido, isto é confiança.*

“Um funcionário atrás de um balcão de um guichet fica contente quando vê mil pessoas na fila, quando o trabalho dele é garantir que na fila não esteja ninguém.”

cidade das coisas. Dizemos que, primeiro, devem fazer e depois publicitar. Não devem aparecer vaidosos e perder a humildade. Há áreas em que isso é ainda mais importante. Quem investe na agricultura e na pesca, por exemplo, não pode ser vaidoso. O indivíduo tem de ir atrás. Queremos ver pessoas com mais iniciativas, porque sou contra as cópias. Só porque um indivíduo fez duas bandeiras e vendeu bem, toda a gente também vai fazer bandeiras. Não devemos perder a imaginação. Enquanto nós, os mais velhos, dormimos oito horas ao dia, os jovens podem dormir duas horas e as outras são para pensar e procurar a imaginação. Por exemplo, se um jovem tem espaço, outro tem ideia e outro ainda tem dinheiro, porque não se juntarem e fazerem uma empresa? Isto resulta.

#### O que os investidores chineses procuram hoje em Angola?

Angola tem tudo o que os chineses querem: terras férteis, água, recursos mineiros e naturais. Há boas leis e um ambiente de negócios bom. O único problema que impede mais investimentos é a crise. A falta de dólares impossibilita a compra de materiais para a produção e os que foram produzidos no exterior para serem vendidos cá. As lojas de mobiliário, por exemplo, estão com dificuldades para colocar novas mercadorias. A crise é um verdadeiro problema. Temos de trabalhar muito para se encontrarem alternativas e esta é a tarefa da Câmara, a de incentivar o maior número de empresários angolanos a organizarem os seus próprios negócios.

#### As críticas às barreiras ao investimento são comuns em Angola, até mesmo de empresários nacionais. Isso não preocupa os investidores chineses?

Não. Agora não, com o guichet único e o SIAC, as empresas são constituídas em um ou dois dias. O problema não está aí. O problema é que as empresas dos angolanos juntam tudo: indústria, pesca, comércio, simplesmente porque não querem constituir várias empresas. As pessoas criam empresas sem saber os passos seguintes. Não têm dinheiro e vão reclamando que os bancos não querem dar dinheiro, as coisas não

funcionam assim, por isso, na CAC, temos também sido pedagogos. Explicamos sempre às pessoas que nos procuram os passos a seguir para se ter financiamento ou mesmo para se criar uma empresa.

#### Mas...

Mas, isto não significa que não tenhamos problemas a obstaculizar o progresso. A burocracia é certamente um deles. Temos de resolver este problema, iniciando nas escolas, em palestras e seminários. Por exemplo, um funcionário atrás de um balcão de um guichet fica contente quando vê mil pessoas na fila, quando o trabalho dele é garantir que na fila não esteja ninguém. A burocracia é inimiga da prosperidade de um país, porque impede o desenvolvimento.

#### No que toca à confiança, sente que a relação a este nível é estável entre angolanos e chineses?

Existem três 'Cs' que eu gosto de utilizar para que um investidor permaneça num país: são a confiança, o controlo e a credibilidade. O investidor gosta que o combinado e registado no contrato seja cumprido, isto é confiança. Além de respeitar muito mais do que está no contrato, respeite a vida da pessoa.

Quando se traz alguém à terra, esse alguém está a investir o seu dinheiro, por isso precisa de ser respeitado da mesma maneira que ele vai respeitar as leis e respeitar o parceiro. Precisa de ser controlável. Se o indivíduo vem cá e pergunta ao parceiro onde está e este responde que está em Luanda, então ele deve encontrar o parceiro em Luanda. E, se forem, por exemplo, à fazenda em Malanje, o angolano deve já saber os limites do seu espaço e não chegar lá e andar à procura das pessoas. Aí o parceiro estrangeiro vai sentir-se perdido e isto não deve acontecer.

#### Fala-se num suposto interesse chinês mais virado para o turismo, nesta fase. Confirma?

Os chineses estão interessados em todas as áreas, com base nas propostas de empresários nacionais para parcerias. A Câmara, através de uma base de dados, regista os interesses de angolanos e de chineses e estabelece a ponte. Há casos em que o inves-



Manuel Tomás © VE

*Os chineses estão a preferir áreas ao longo dos grandes rios, como a foz do rio Kwanza para a construção de aldeamentos.*

#### PERFIL

Manuel Arnaldo de Sousa Calado, natural do Kwanza-Norte, nasceu a 25 de Dezembro de 1958. É licenciado em Economia, pelo Instituto Técnico Superior de Lisboa. Iniciou a ligação à área diamantífera em 1977, no Ministério de Geologia e Minas. Passou pela gestão de várias empresas, como a Roremira-UEE, na condição de director-geral, e a Angorocho / Angostone, como presidente do conselho de administração. Foi também PCA da Endiama e da Sociedade de Comercialização de diamantes China International Holding Limited.

tidor chinês já tem bem definido o sector em que quer investir. Aí, a Câmara, através dos seus técnicos, ajuda a identificar as áreas. É isso o que estamos a fazer com o sector turístico. Mas é preciso dizer que, com a crise, o investimento na área turística abrandou. Não há grande interesse da parte de estrangeiros em construir hotéis, devido à baixa taxa de ocupação dos hotéis. Nesta fase, os chineses estão a preferir áreas ao longo dos grandes rios, como a foz do rio Kwanza para a construção de aldeamentos. Entretanto, esperam-se, para o próximo ano, muitos projectos concretizados ligados ao turismo

#### Quantos projectos a CAC já recebeu até hoje?

Desde a criação em Setembro, ou seja, em três meses, já recebemos mais de 500 projectos de angolanos, nas diversas áreas, como construção civil, agropecuária, educação e saúde, entre outros.

#### Mas apenas intenções de investimento ou propostas concretas?

Há vários projectos a serem concretizados. Não posso precisar o número, mas há vários, nas diferentes províncias, no domínio da construção civil, energia, educação, no caso, para a construção de universidades, escolas superiores e ensino de mandarim, através de protocolos intergovernamentais. Também na saúde, com a construção de hospitais e até para a produção de medicamentos.

Neste último, estamos à espera de uma audiência com o ministro da Saúde, para vermos como concretizar.

#### E qual é o volume de investimento

que esses projectos representam? Não gosto de falar de números sem precisão.

#### Quando termina o processo de criação das delegações provinciais?

Já criámos seis e queremos concluir esse processo em Dezembro. Os delegados têm a missão de receber os projectos localmente. Mas, até esse processo de nomeação dos delegados estar concluído, temos recebido projectos das províncias através de correio electrónico. Temos também recebido intenções por telefone, que depois são analisadas.

#### E quem pode fazer parceria com os investidores chineses?

Desde o micro, pequeno, médio e grande empresário. Recebemos todos. Os projectos são inscritos na Câmara para que esta sirva de ponte, mas, na discussão entre os potenciais parceiros, algumas coisas podem mudar. Por exemplo, quem quis investir numa casa de fotocopiadora pode evoluir para uma gráfica.

#### Os investidores exigem que os angolanos entrem necessariamente com recursos financeiros?

Nesta fase de crise, é difícil exigir dinheiro ao angolano. O mais importante é que o angolano tenha ideia do que pretende fazer. Ainda que o projecto não esteja bem elaborado, há técnicos que podem melhorá-lo. O importante é que o angolano tenha foco no que quer. Não pode dizer hoje que quer investir num hospital, amanhã numa escola e depois em hotel ou noutra área.

CONTINUA NA PÁG. 6



Manuel Tomás © VE

# Entrevista

PUB

www.macontransp.com

**macon**  
Seu Destino, nosso Objectivo!

Aluguer, Fretamento & Turismo

A Macon Transportes está presente por toda Angola, excepto Cabinda, transportando pessoas para lazer ou trabalho há mais de 14 anos.

Realizamos os serviços de Aluguer, Fretamento e Turismo, para atender viagens de passeios, negócios e encontros diversos, além de soluções customizadas e adequadas para o transporte de funcionários de empresas entre suas casas e locais de trabalho.

Disponemos de estrutura própria de atendimento e a frota mais nova do país, monitorada via satélite que significa maior segurança e pontualidade durante as viagens.

**Fretamento**

**Urbano**

**Turismo**

Conforto para todo tipo de Viagem

Autocarros Monitorados Via Satélite

A Macon têm as melhores opções para suas necessidades em Transporte, com serviços diferenciados com foco total no Conforto, Segurança e na Qualidade.

comercial@macontransp.com

923 61 61 58 / 226 21 35 04

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

## É má ideia a diversificação de iniciativas por parte do investidor?

Temos aconselhado as pessoas, sobretudo os jovens, a não se espalharem. Nós, os angolanos, temos uma mania: se possuímos um hectare, já queremos casa com piscina e animais, como temos visto nas novelas. Isso não pode ser. Pessoalmente, tenho desincentivado este tipo de pensamento, no sentido de que é preciso especializar. Uma pessoa com um hectare só deve produzir jindungo, para que o outro com o mesmo hectare produza jinguba. Colocar toda a produção num hectare não resulta, temos de nos especializar.

Essa coisa de fazer tudo traz depressão. Há pessoas que vêm aqui com ideias de fazer uma recauchutagem, depois querem também fazer fraldas, lençóis de papel... Assim não. Deve haver especialização. Agora a concorrência vai sempre existir. O que o investidor deve fazer é inovar sempre para vencer a concorrência.

## Referiu a presença de bancos angolanos na Câmara. Isso facilita créditos para os nacionais?

Temos tido relações com os bancos, incluindo o Banco Nacional de Angola, para a facilitação de créditos. Nas situações em que os bancos criam dificuldades na concessão de créditos a jovens, temos intervindo e, com a nossa solicitação, são atendidos. Não com a regularidade que gostaríamos por causa da crise, mas, nas vezes que intervimos, 50% das solicitações foram atendidas.

## E, no âmbito da Câmara, há a possibilidade de linhas de créditos para os investidores angolanos?

Nós trabalhamos com o investimento chinês. Ou seja, o investidor aqui é chinês e este precisa dos bancos angolanos para facilitar as transacções financeiras. Para um jovem que tenha empresa constituída e sabe o que fazer, nós usamos os nossos canais para buscar os investidores para que o investimento seja efectivado.

Os chineses têm várias empresas que querem investir em África. É isso que os jovens precisam de fazer. Mesmo que seja para investir lá nos municípios recônditos, não tenham medo, porque a energia e a água vão lá chegar.



*Nas situações em que os bancos criam dificuldades na concessão de créditos a jovens, temos intervindo e, com a nossa solicitação, são atendidos.*

*Mesmo que for para investir lá nos municípios recônditos, não tenham medo, porque a energia e a água vão lá chegar.*

**A presença chinesa em Angola é feita também de muita polémica. Além das críticas ao investimento, apontam-se receios de práticas de algum tipo de criminalidade violenta.**

Onde há homens essas situações podem acontecer. Tivemos, por exemplo, o caso da morte de quatro chineses. Há angolanos sócios de chineses que não se portaram muito bem, mas, felizmente, estamos a controlar e, com o surgimento da Câmara, esses casos desapareceram.

Também há chineses que não são credíveis, controláveis e que não são de confiança. Portanto, tudo o que há num país, há no outro. A CAC está a punir esses comportamentos. Há também conflitos entre angolanos e angolanos e chineses e chineses.

## Que tipo de conflitos?

São conflitos de interesses. Por exemplo, um chinês vem a Angola como arquitecto numa empresa de construção civil... A arquitectura funciona numa fase, mas, quando

“Até os camponeses com fazendas podem também ser ricos, se juntarem as fazendas individuais em cooperativas e encontrarem financiamento e parcerias fortes.”



termina esta fase, ele não aceita mais regressar ao seu país, criando a sua própria empresa, às vezes, com outro parceiro angolano. O primeiro que o trouxe julga que é sua propriedade, porque ele tem um visto em nome desta empresa e não com a segunda. Aí o conflito toma contornos alarmantes, de privação dos passaportes.

#### “DEVEMOS ESCOLHER A PROSPERIDADE”

#### Insiste muito no incentivo aos jovens. Pensa que são decisivos, porquê?

Nunca tive dúvidas disto. Qualquer país que não aposte na sua juventude não é sequer país, porque corre o risco de desaparecer, de ser invadido. Aqui, na CAC, criamos uma área específica de apoio aos jovens e o Governo também se tem preocupado com a juventude. Na China, existem empresários jovens que querem investir em Angola e o governo chinês incentiva os jovens a investirem fora da China.

#### E como se explicam as críticas ao modelo de desenvolvimento seguido por Angola?

Na minha opinião, escolhemos o caminho da prosperidade. Se não fosse a guerra e a crise, penso que daria certo, porque, se compararmos Angola a outros países africanos, verificamos que demos grandes passos. Repare que o político escolhe sempre dois caminhos, o da estabilidade económica e o da prosperidade. Há países que escolheram o caminho da estabilidade, o que significa ter a macroeconomia estável, sem problemas, mas o povo fica pobre.

O caminho da prosperidade é o caminho que grandes países escolheram, em que os cidadãos trabalham para serem ricos. A criança, quando nasce, o pai já está a incentivá-la a ser rica. Muitos não alcançam, mas estão estáveis, não se combate o rico como em muitos países. Quando se escolhem estes caminhos, há que se arranjar parcerias neste sentido. Não importa se vem da Ásia ou da Europa. Tenho dito que não

nos devemos preocupar com a cor do gato, o que importa é que este gato cace ratos.

#### E qual é o papel do sector privado neste processo?

O mundo está dividido em dois grandes grupos. O grupo da economia estatal, onde se conseguem fundos facilmente, e o mundo da economia privada. Há ainda um outro a que eu chamo ‘o mundo da economia institucionalizada’, do qual fazem parte instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e outros. Muitos não concordam com esta minha posição, da existência de três mundos económicos. Contudo, entendemos que, enquanto o Estado vai lutando para conseguir fundos para diversificar a economia, outras instituições privadas devem ajudar também o país no mesmo sentido.

#### Que resultado espera destas parcerias no médio prazo?

O mais importante não é o crescimento do número de projectos, mas que os concretizados tirem os angolanos da pobreza. Até os camponeses com fazendas podem também ser ricos, se juntarem as fazendas individuais em cooperativas e encontrarem financiamento e parcerias fortes. A China era um país muito pobre e hoje aspira ser a potência mundial. E a escolha foi fácil, entre dois caminhos, a prosperidade e a estabilidade, escolheu a prosperidade. Ou seja, dormir pobre e acordar rico. A estabilidade não é menos importante, mas, na sua política, escolheu a prosperidade. Este é também o caminho que Angola deve seguir.

#### É homem do desporto e da cultura. Há interesse chinês em investir nessas áreas?

Os chineses estão a investir no desporto como negócio. O que nós, em Angola, devemos fazer é tornar o desporto também num negócio. Se isto acontecer, garanto que trarei chineses para comprarem os clubes angolanos. Temos apenas de nos organizar para provar que, de facto, vale a pena investir aqui. Neste momento, não há condições para os chineses investirem nos clubes angolanos. Devemos antes transformar os nossos clubes em Sociedades Anónimas Desportivas (SAD).

PUB

**TRANSCOOP**  
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO  
PERSONALIZADO COM  
CONFORTO E  
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda  
Call center  
(+244) 947 992 829  
(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



# Economia/Política



Angola atingiu, em 2015, a produção de 8,837 milhões de quilates de diamantes.

EXPLORAÇÃO DEVERÁ CONSUMIR 35 ANOS

## Governo autoriza nova prospecção de diamantes na Lunda-Sul

**INDÚSTRIA.** Projecto, designado Dala, implicou um investimento de 16 milhões de dólares, só na fase de prospecção, numa área correspondente a três mil quilómetros quadrados, na Lunda-Sul.

Por António Nogueira

A empresa pública Endiama Mining foi autorizada pelo Governo a avançar com mais um novo projecto de prospecção e avaliação de depósitos primários de diamantes, situado numa área correspondente a 3.000 quilómetros quadrados, na província da Lunda-Sul.

A informação consta de um contrato de investimento aprovado pelo Ministério da Geologia e Minas, através de um despacho de 21 de Outubro, justificando que a autorização do arranque do projecto, que vigora desde então, visa “o reforço e aceleração da diver-

sificação das actividades de prospecção e exploração mineira”, que integra o sector público e privado da economia.

Nos termos deste contrato, a Endiama Mining, que actua com empresas associadas, assume os direitos de prospecção do projecto, cabendo à mineira estatal uma participação de 30%. No entanto, a estrutura societária é composta ainda pela Global Gems Internacional Limitada com uma participação de 45%, a Cimader, Limitada (17%) e a Lumege, Limitada (8%).

O valor do investimento para a fase de prospecção, aprovado pelas partes, está calculado em cerca de 16 milhões de dólares, estando previsto ainda o pagamento de uma caução de 1% do valor do investimento ao Estado, como garantia do cumprimento das obrigações contratuais por parte do investidor.

O contrato para os direitos de prospecção tem a duração inicial de cinco anos, “podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de um ano, até ao máximo de sete”, enquanto para a fase de exploração se estabeleceu um período de até 35 anos.

O sector da Geologia e Minas, na Lunda-Sul, conta com vários

projectos em processo de financiamento e desenvolvimento mineiro, sendo de destacar a mina de diamantes do Luache, que possui reservas estimadas em 350 milhões de quilates e um tempo de vida útil de 30 anos e que começa a produzir nos primeiros meses de 2018.

### PAÍS QUER DUPLICAR PRODUÇÃO

O Governo já anunciou que espera mais do que duplicar a produção nacional de diamantes nos próximos cinco anos, com a entrada em exploração de novas minas.

Angola vendeu, no passado mês de Outubro, 701.568,25 quilates de diamantes, uma quebra superior a 20%, tendo em conta as vendas de mais de 882.100 quilates, em Setembro, segundo dados de um relatório do Ministério das Finanças sobre a arrecadação de receitas pelo sector diamantífero.

Ainda assim, cada quilate foi vendido, em termos médios, a 145 dólares, em Outubro, um preço superior aos 129,5 dólares do mês anterior.

Globalmente, as vendas em Outubro ascenderam a 101.786.354 dólares, uma quebra de 30% tendo em conta os 144.221.107 dólares em Setembro.

Entre impostos e royalties, pagos em moeda nacional, estas vendas representaram um encaixe em receitas fiscais de 1.292 milhões de kwanzas, o que, comparado aos 1.029 milhões de kwanzas de Setembro, resulta num aumento de quase 26% no espaço de um mês.

O país atingiu em 2015 um novo recorde de produção de diamantes, com 8,837 milhões de quilates, que renderam ao país 1,107 mil milhões de dólares. Em 2014, a produção de diamantes em Angola atingiu o valor de 1,303 mil milhões de dólares.

# 16

milhões de dólares é o valor do investimento para a fase de prospecção.





O PROJECTO KAOMBO, no bloco 32, começa a produzir 230 mil barris de petróleo em 2018, representando um investimento de 16 mil milhões USD, informou André Teixeira, representante do projecto pela Total.



O OGE para 2017 prevê despesas de 35 mil milhões de kwanzas para a preparação e realização das eleições gerais do próximo ano. A informação foi avançada, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Archer Manguera.

FINANÇAS VAI DISPONIBILIZAR MAIS DE UM MILHÃO DE SELOS

# Cobrança de taxa de circulação arranca esta semana

**FISCO.** Processo normal arranca nesta quinta-feira, em todo o país, e deverá estender-se até 31 de Março do próximo ano, seguindo-se fase coerciva que prevê multas até 50% do valor do selo.

Por António Nogueira

O Ministério das Finanças, através da Administração Geral Tributária (AGT), dá início oficialmente na próxima quinta-feira (1 de Dezembro) à cobrança da taxa de circulação, em toda a extensão do território nacional, em 'obediência' a um decreto de 31 de Outubro, assinado pelo titular da pasta das Finanças, Augusto de Sousa Archer Manguera.

O período de cobrança, segundo o documento que vimos citando, estender-se-á até 31 de Março de 2017, sendo que, depois do período estabelecido, a cobrança será coerciva e acrescida de multa de 50% do valor do selo.

Tal como em 2015, este ano o pagamento da taxa de circulação poderá ser efectuado nos locais habituais, nomeadamente em repartições fiscais, agentes autorizados e ainda através dos multicaixas.

No caso dos ATM (Automated Teller Machine), os automobilistas deverão efectuar o pagamento e, posteriormente, dirigir-se a qualquer repartição fiscal com o Livrete, NIF (número de identificação fiscal) e o talão electrónico do multicaixa para o levantamento do selo.

Para 2016, as cores dos selos assumem novas tonalidades, sendo verde para os motociclos, vermelha para os veículos ligeiros, amarela para os pesados e cinzenta para os isentos.

Os valores a pagar por cada selo variam de acordo a cilindragem dos veículos, sendo que para os motociclos os preços variam entre 1.500 e 2.500 kwanzas. Já para os veícu-



Em 2015, também foram disponibilizados um milhão de selos.

los ligeiros, os montantes a pagar oscilam entre 3.500 e 7.500 kwanzas, enquanto os pesados vão de 8.500 a 12.500 kwanzas.

O decreto assinado pelo ministro Archer Manguera não revela a quantidade de selos que deverão ser disponibilizadas este ano. No entanto, fontes contactadas pelo VALOR antecipam que o número deverá rondar um milhão de selos, para a distribuição por todo o país.

Em 2015, o Ministério das Finanças disponibilizou igual número de selos (um milhão) para atender todo o território, calculando-se que tenha arrecadado cerca de 5,3 mil milhões de kwanzas. No ano anterior, em 2014, também já tinham sido disponibilizados um milhão de selos, dos quais foram vendidos 600.242 e cedidos 40.386 a entidades que estão isentas de pagamento do selo da taxa de circulação.

## Mais de 1,9 mil milhões kz em multas

O Estado espera arrecadar cerca de 1,9 mil milhões de kwanzas em multas de trânsito em 2017, quase quatro vezes mais do que o valor estimado para 2016, segundo dados do Orçamento Geral do Estado (OGE), citados pela Lusa.

A proposta de OGE para 2017, que está em análise nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, prevê que toda a receita parafiscal do próximo ano, nas quais se incluem as multas de trânsito, ascenda a 62.925 milhões de kwanzas, menos de 1% do total de receitas que o Estado conta arrecadar.

Só as multas de trânsito deverão render 1.994 milhões de kwanzas, segundo a proposta de OGE para 2017, contra os 509 milhões de kwanzas que o Governo inscreveu no Orçamento para 2016, apresentado em Novembro do ano passado.

No espaço de um ano, o Governo prevê que as receitas com as multas de trânsito cresçam mais de 290%. As receitas parafiscais previstas no OGE para 2017 incluem 7.787 milhões de kwanzas em multas fiscais, um aumento de mais de 300% no espaço de um ano.



AVICULTURA

## Produção atende 53% das necessidades

O ministro da Economia, Abraão Gourgel admitiu que o investimento do Governo na produção de ovos permitirá alcançar a auto-suficiência até ao primeiro trimestre de 2017. O governante afirmou que actualmente são produzidos 1,5 milhões de ovos por dia, salientando que o Estado tem financiado empresas certificadas neste ramo, através do programa 'Angola Investe'.

De acordo com o ministro, à produção de frangos tem registado constrangimentos em equipamentos e financiamentos. O titular da pasta da Economia prometeu que "o Governo vai solucionar tal situação dentro de pouco tempo", afirmando ser também pretensão do Executivo atingir a auto-suficiência na produção de frangos.

A estatística do sector indica que a produção nacional de ovos, em 2012, era de 400 mil /dia, cobrindo apenas 23% das necessidades de consumo, e que, em meados de 2016, atingiu um 1,2 milhões/dia, satisfazendo 53% das necessidades de consumo do mercado.

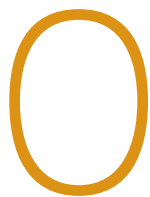
# Economia/Política

APENAS TRÊS EMPRESAS ESTRANGEIRAS NO EVENTO

## Crise faz recuar número de expositores na 'Konstroj'

**FEIRA SECTORIAL.** Recuou número de expositores nacionais, enquanto representação estrangeira resumiu-se a três empresas portuguesas, num evento que, em anos anteriores, era tido como maior mercado de materiais e equipamentos da construção.

Por Mário Costa



O pavilhão tenda da Baía de Luanda acolheu, entre os dias 24 e 27 deste mês, a feira Konstroj

2016, cujo objectivo é apresentar as potencialidades dos sectores da construção civil, obras públicas, e expor equipamentos e materiais de construção.

Manuel Novais, da organização, diz que a crise que afecta o mercado angolano “não poupou” as empresas do sector da construção e garante mesmo que a reali-

zação deste evento “é a vontade de união e promoção de várias marcas que Angola já produz”.

A motivação foi também a de encontrar um espaço para que os industriais da construção apresentassem as alternativas ao Governo no sentido de reduzir as importações de materiais e alertar as autoridades para que continuem a apostar na diversificação da produção dos equipamentos e materiais do sector nacional.

“O que assistimos aqui é à vontade de vencer as dificuldades actuais do mercado financeiro e potenciar a produção interna. Estas empresas, cerca de 80, estão a revelar capacidade criativa para criar alternativas às importações. Os materiais apresentados aqui não escapam da qualidade dos produtos importados para a construção”, afirma.

faz parte do programa do Executivo para 2017. No entanto, na proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, o Governo volta a proibir novas contratações para a função pública devido ao impacto da crise que resultou na redução do preço do petróleo, principal fonte de receitas do Estado.

O OGE para 2017, que está a ser



Contingências obrigaram muitos estrangeiros a recuar.

Em termos de números, diz que este evento que não se compara às realizações anteriores e justifica, dizendo que as contingências financeiras obrigaram muitos estrangeiros a recuarem da exposição.

Fonte ligada a Ferpinta, empresa que se dedica à produção de diversos tubos e chapas de cobertura, considera que o momento actual

vai servir para reposicionar as empresas na economia angolana. “Como todas as empresas, a Ferpinta não escapou a este ciclo económico, mas estamos seguros de que vamos resistir e oferecer serviços e produtos com qualidade para os nossos clientes”, admite, lembrando que a empresa vai continuar a promover o emprego, o desenvolvimento e a diversifica-

ção económicos.

O momento actual do parque empresarial nacional também preocupa a ProBetão, que se dedica à produção de pré-fabricados para a construção e obras públicas. Empresa defende que “as circunstâncias económicas actuais fazem da crise a oportunidade para conquistar o mercado oferecendo bons”.

### FUNÇÃO PÚBLICA

## Salários vão ser reajustados em 2017

O Governo admite a possibilidade de haver um reajuste nos salários da função pública, em 2017, em face da perda do poder de compra dos trabalhadores, revelou, semana passada, o ministro das Finanças, Archer Manguerra sem frisar em que percentagens se iriam processar os reajustes.

O ministro, que falava na sede do Parlamento, reforçou que a medida

discutido na especialidade pelos deputados, Governo e parceiros sociais, proíbe que seja ultrapassado o valor de 1,613 mil milhões de kwanzas que o Estado prevê gastar com os salários e contribuições sociais dos trabalhadores da função pública.

Em Agosto de 2015, o Fundo Monetário Internacional (FMI) já havia recomendado ao Governo um

melhor ajustamento da massa salarial no sector público em função do novo cenário económico.

Na altura, o coordenador da missão do FMI, Ricardo Velloso, encorajou o Governo a prosseguir com a verificação biométrica dos funcionários, para aferir se ainda há funcionários-fantasma na administração pública e eliminá-los.

“É importante repensar se determinadas actividades podem ser continuadas ou podem ser paradas, porque não têm os benefícios esperados, e assim por diante”, frisou, tendo acrescentado que se trata de um processo gradual “que tem que ser feito”.

Para o FMI, a subida dos salários deve estar directamente alinhada com aumentos de produtividade.

BAI DIRECTO

# ASSIM É FÁCIL

O SEU BANCO NO TELEMÓVEL  
OU NO COMPUTADOR



## PAGAR

ÁGUA, LUZ, IMPOSTOS  
VIAGEM, CASA NA CENTRALIDADE

## CARREGAR

TELEMÓVEL, TELEVISÃO

## TRANSFERIR

TRANSFERIR DENTRO DO SEU BANCO  
OU PARA OUTROS BANCOS

Com o novo BAI Directo, o BAI está sempre de portas abertas para si. Entre a qualquer hora e faça as suas operações diárias com o banco, sem esperas, nem complicações.

No seu computador ou telemóvel, num clique está junto do BAI.



# Mercado & Finanças

RELATÓRIO BANCA DA KPMG 2015

## Oito bancos fecham exercício financeiro com resultados negativos



**ESTUDO.** Bancos declararam 26,6 mil milhões de kwanzas de prejuízos durante exercício financeiro de 2015, dois dos quais pelo terceiro ano consecutivo. Do conjunto, integraram dois bancos públicos que deixaram ‘escapar’ 21,9 mil milhões nas contas de balanços. Gestores culpam crédito malparado.

Por Nelson Rodrigues

Oito dos 25 bancos comerciais a operar no mercado interno e com as contas declaradas referentes ao exercício de 2015 contabilizaram um prejuízo total de 26,6 mil milhões de kwanzas, revela

o mais recente relatório ‘Análise ao Sector Bancário’ angolano, da consultora multinacional KPMG.

De acordo com o relatório, integram a lista – arrumada por nível crescente de prejuízos – os bancos Yetu, Prestígio, Standard Chartered, Crédito do Sul, Pungo Andongo, Bai-Micro Finanças, Comércio e Indústria (BCI) e o de Desenvolvimento de Angola (BDA). No período, o Banco Yetu registou perdas de 275 milhões de kwanzas, o

Prestígio, com 515 milhões, o Standard Chartered de 530 milhões e o Crédito do Sul, com um resultado negativo avaliado em 547. A lista é ainda preenchida pelos bancos Pungo Andongo (-717), o BAI-Micro Finanças (-2.112 milhões), o BCI (-2.308 milhões) e o BDA (-19.625 milhões).

O relatório da KPMG é omissivo às causas individuais das perdas por bancos. Porém, consulta do VALOR nos relatórios e contas dos bancos

e declarações de gestores atribuem ‘culpa’ ao nível do crédito malparado e custos de estrutura e instalação – para os casos dos bancos Pungo Andongo e BCI.

O BDA, por exemplo, anunciou este ano perdas de 400 milhões de dólares, em financiamento de projectos a micro, pequenas e médias empresas, admitindo mesmo estar a “operar sob o risco de falência”.

Na mesma situação está outro banco público, o Banco de Comér-

### Lucros na banca em 2015

● Valor: em milhões

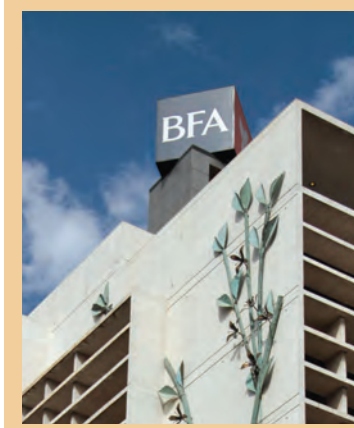
#### OS GANHOS PARA OS COFRES...

BFA	37.866
BIC	27.656
BAI	15.358
BPA	11.028
BCGA	9.581
BPC	8.289
SoI	7.496
BMA	6.760
SBA	5.238
BCH	2.211
BKI	2.105
VTB	2.103
BCA	1.484
FNB	1.248
BNI	1.247
KEVE	821
BANC	220

#### ...OS PREJUÍZOS PARA ACCIONISTAS

Yetu	(- 275)
BPG	(-515)
SCBA	(-530)
BCS	(-547)
BPAN	(-717)
BMF	(-2.308)
BCI	(-2.308)
BDA	(-19.625)
BESA	ND
BVB	ND

Fonte: relatório KPMG 2015





O GOVERNO angolano autorizou a mudança da denominação social de um fundo de pensões detido pelo antigo Banco Espírito Santo Angola (BESA), controlado agora pelo Banco Económico.



O BARRIL DE PETRÓLEO bruto exportado por Angola atingiu, em Outubro, o segundo melhor preço do ano, cerca de 45,6 dólares, mas as receitas fiscais caíram, face a Setembro, para 117.891 milhões de kwanzas.

cio e Indústria, que, pelo terceiro ano consecutivo, desde 2013, registou perdas acumuladas de 14,9 mil milhões de kwanzas, motivadas pelo malparado que aumentou 24,3%, em 2014, além dos custos de estruturas.

Os dois bancos públicos somam, no conjunto, perdas da ordem dos 21,9 mil milhões kwanzas, mais de 80% dos prejuízos da totalidade dos bancos com resultados negativos no balanço de 2015.

Para a totalidade de bancos analisados, a consultora concluiu que o volume de crédito vencido duplicou desde 2012, correspondendo a um crescimento anual de 26%. No ano passado, o crédito vencido registou aumento de 8,8%.

“O rácio de crédito vencido manteve-se sensivelmente constante, registando um decréscimo de 0,1 pontos percentuais. Um dos desafios do sector bancário [nacional] continua a ser o continuado aumento dos níveis de crédito malparado”, refere o estudo da KPMG, que considera ter havido em 2015 um crescimento do crédito concedido da ordem dos 9,5%, mas 21,4 pp abaixo dos índices de 2014.

#### LUCROS AVANÇAM 19,8%

Se oito bancos perdem nos lucros, o cenário inverte para a maioria dos bancos. No conjunto, os bancos recolheram lucros de 19,8%, um crescimento que, segundo a KPMG, foi potenciado pela “evolução cambial registada em 2015, por crescentes volumes de proveitos relativos ao crédito e progressivos níveis de eficiência operacional”.

Individualmente, o Banco de Fomento Angola (BFA) foi o que mais contribuiu para o avanço nos lucros. Até 31 de Dezembro do ano passado, as contas de balanço do BFA voltaram a registar lucros de 37,8 mil milhões de kwanzas, um aumento de 19,2%, comparativamente aos 31,7 mil milhões do período anterior.

Os mesmos rácios tinham já sido antecipados por outra consultora, a Deloitte, que, à semelhança da KPMG, colocava o BFA à frente no ranking dos cinco maiores bancos em termos de lucros, seguido pelo Banco BIC, que, no ano passado, fechou o balanço com resultados positivos de 27,6 mil milhões de kwanzas.

A seguir estão os bancos Angolano de Investimentos (BAI), com

26

por cento, volume de crédito vencido que duplicou desde 2012.

25

dos 27 bancos conseguiram divulgar e disponibilizar relatórios de balanço.

#### MEMORIZE

● O relatório da KPMG é omissivo às causas individuais das perdas por bancos. No entanto, relatórios consultados pelo VALOR sobre contas dos bancos e declarações de gestores atribuem ‘culpa’ ao nível do crédito malparado e custos de estrutura e instalação, para os casos dos bancos Pungo Andongo e BCI.



15,3 mil milhões de kwanzas, o ex-Banco Privado Atlântico (BPA), com 11 mil milhões kwanzas e o Banco Caixa Geral Angola (BCGA), com 9,5 mil milhões.

A análise da KPMG cobriu 27 bancos, mas apenas 25 conseguiram divulgar e disponibilizar relatórios de balanço. Entre os bancos não retratados no estudo estão os bancos Económico, que, pelo segundo ano, não divulga relatórios de balanço, e o Valor.



Valter Filipe mostra-se confiante de que “as coisas estão a correr bem”.

Mário Mujetes © VE

VALTER FILIPE FEZ ‘QUEIXA’ PÚBLICA AOS DEPUTADOS

## BNA denuncia existência de cinco bancos em falência técnica

**BANCA.** Governador do banco central justificou fracassos do sistema financeiro com “problemas de incumprimentos e de solvabilidade” em cinco dos 31 bancos registados pelo Banco Nacional de Angola.

Cinco dos 31 bancos registados no Banco Nacional de Angola (BNA) apresentam problemas de incumprimento

e de solvabilidade, ou mesmo de “falência técnica” no seu sistema operacional, revelou o governador Valter Filipe, ao responder às perguntas dos deputados à Assembleia Nacional na semana passada.

Sem avançar nomes das instituições em causa, nem mesmo as áreas mais afectadas pelos incumprimentos dos bancos, o governador do banco central disse que a actuação das entidades visadas tem reflexos em todo o sistema financeiro nacional, além de prejudicar a imagem da banca junto das autoridades internacionais.

Questionado sobre o actual quadro de reestruturação por que passa o Banco de Poupança e Crédito (BPC), e sobre os elevados índices de malparado durante a gestão do antigo presidente do conselho de administração, Paixão Júnior, Valter

Filipe apontou “falta de ponderação” na saída de créditos e um “histórico de uma gestão corporativa que não facilitou o controlo interno no maior banco comercial angolano em activos e carteira de clientes.

“O Estado vive uma situação de incumprimento com muitas empresas a que foram concedidos créditos pelo banco BPC. E esta situação impactou sobremaneira na balança do BPC na sua liquidez e no rácio de solvabilidade”, explicou o governador.

Valter Filipe reconheceu também a incapacidade dos bancos de dar resposta às solicitações de clientes com depósitos em moeda estrangeira, justificando com o quadro de crise e com as restrições que os reguladores internacionais impuseram sobre venda de divisas a Angola.

“Existe um problema de incapacidade de autorização de levantamento de moeda externa para os depositantes, porque o BNA não tem condições de disponibilizar divisas necessárias para que os bancos comerciais possam autorizar levantamento aos particulares”.

#### SINAIS DE MELHORIA

Apesar das restrições no acesso a divisas, e avaliações sobre a capacidade operacional do sistema financeiro nacional, que diz correr “risco de entrar em colapso” Valter Filipe mostra-se confiante de que “as coisas estão a correr bem junto das instituições estrangeiras”, tendo dado exemplo de contactos feitos com o Banco Central Europeu (BCE) para a inserção de Angola na lista de bancos parceiros daquela autoridade monetária.

O relatório de balanço da última visita do Fundo Monetário Internacional (FMI) confirma as declarações de Valter Filipe.

“O BNA apertou as condições de liquidez desde Junho último, e inflação mensal está a começar a ceder. Além disso, o maior volume de venda de divisas por parte do BNA aliviou alguma pressão no mercado cambial”, elogia o Fundo, para que esses sinais possam ajudar na recuperação dos correspondentes bancários que deixaram o país.

Por Nelson Rodrigues

# Mercado & Finanças



CURSO FOI DIRIGIDO A FUNCIONÁRIOS DO SECTOR

## Seguro petrolífero ‘actualizado’

**FORMAÇÃO.** Enquanto se aguarda pela repartição de quotas entre operadoras do mercado, profissionais do sector foram formados por especialistas britânicos sobre especificidade do negócio.

Por Valdimiro Dias

As seguradoras que vão partilhar a gestão do seguro petrolífero “não possuíam conhecimentos relativos à dimensão, valores envolvidos e a complexidade destes riscos”, apontou a administradora da Ensa Seguros, Helena Francisco, no final do curso dirigido a funcionários das empresas do sector, ministrado por especialista do mercado de Londres. De uma forma geral, como nota a gestora, as empresas convidadas a apresentar a retenção de risco do seguro petrolífero indicavam percentagens muito altas por falta de conhecimento. “No início, não olhávamos com muita seriedade a dimensão deste risco, provavelmente estaríamos a compará-lo a outros riscos que já existem em carteira de automóvel, acidentes de traba-

lho de responsabilidade civil”, afirmou a gestora. Com a formação, recentemente realizada em Luanda, a administradora da Ensa Seguros admite mudanças, antevendo “mais cautela” por parte das seguradoras antes de entrarem no negócio.

Após 15 anos sob a liderança da seguradora AAA, o regime especial do co-seguro petrolífero volta a ser liderado pela Ensa que deverá ceder quotas a todas as empresas seguradoras “sem restrições”.

O novo regime do seguro petrolífero foi aprovado por despacho Presidencial n.º 39/16 de 31 de Março, entretanto a sua efectivação aguarda pela repartição das quotas entre as seguradoras, uma tarefa acometida à Agência Reguladora e de Supervisão de Seguros.

Fonte vinculada ao processo adiantou, entretanto, ao VALOR, que o processo decorre dentro do ‘timing’, encontrando-se na fase de auscultação dos ‘players’, no caso as seguradoras, as petrolíferas, além de já terem iniciado negociações com o mercado de Londres.

# 39

número do artigo do novo regime do seguro petrolífero, aprovado por despacho Presidencial.

Para o jurista Júlio Matias, especializado em seguros, o peso da actividade petrolífera na economia nacional e as características próprias da actividade justificam “que este assunto seja tratado com alguma diligência”, argumentando que a conjuntura de reforma em várias áreas, incluindo a petrolífera, “pode ser um aspecto relevante que faz com que o processo não tenha a celeridade desejada”.

Encaixam-se, entre as principais coberturas do seguro, a prospecção, despesas operacionais e actividades ligadas a questões financeiras que envolvem a indústria petrolífera.

CONCLUI ESTUDO

## Receita fiscal pode subir 4% em 2017

A receita fiscal de Angola, no próximo ano, poderá subir 4% se o preço do petróleo ficar nos 50 dólares, o que significa um acréscimo de quatro dólares face ao previsto no Orçamento Geral do Estado.

“Se o preço atingir os 50 dólares, em vez dos 46 previstos, e assumindo tudo o resto constante, as receitas ficariam 4% acima das previsões actuais”, estima uma análise efectuada pela consultora Eaglestone.

O relatório que analisa o OGE para o próximo ano, que esta consultora com escritórios em Londres, Lisboa, Luanda e Joanesburgo enviou aos investidores, prevê, por outro lado, um impacto negativo de 6% caso o preço do petróleo caia para os 40 dólares durante 2017.

“O preço do petróleo tem registado uma forte volatilidade nas últimas semanas com os investidores

na expectativa em relação à decisão da OPEP no final do mês sobre um eventual corte na produção de petróleo”, lê-se no documento.

“Um acordo que leve a um corte efectivo da oferta de crude deverá ter um impacto positivo e sustentado no preço, o que será positivo para os países exportadores de petróleo como Angola”, acrescenta-se. Mas, “se o acordo falhar, isso poderia voltar a colocar o preço do crude abaixo dos 40 dólares no próximo ano”, prejudicando as previsões do Executivo.

Para o ano de 2017, na proposta do OGE, a previsão de receitas do Governo estima em 46 dólares o preço médio de exportação de cada barril de petróleo. Este valor representa uma subida de 12% face aos 40,9 dólares previstos no OGE revisto deste ano, antecipando-se também um aumento da produção petrolífera para os 1,82 milhões de barris diários, face aos 1,79 milhões deste ano.





O BNA VENDEU aos bancos comerciais um montante total de divisas equivalente a 739,3 milhões de dólares, sendo 611 milhões de dólares em vendas directas e 128,3 milhões de dólares em leilão de preço, na primeira quinzena de Novembro, para cobrir operações de carácter prioritário.



O BANCO HOLANDÊS Ing financiou com mais de 430 milhões de dólares, o projecto público de reabilitação da Marginal da Corimba, em Luanda. O negócio resulta da autorização de despacho presidencial, recentemente divulgado.



AUTORIDADE MONETÁRIA NO 'SILÊNCIO' HÁ MAIS DE UM ANO

# Controlo do BFA por angolanos à espera do banco central

**BANCA.** Assembleia-Geral do BPI remeteu à aprovação do Banco Nacional de Angola solução que reduziria exposição dos activos do banco português a Luanda e posicionaria angolanos no comando do BFA, mas autoridade monetária não reagiu à proposta. Novas soluções são aguardadas a 13 Dezembro.

Por Nelson Rodrigues

Mais de um ano passado desde que o Banco Central Europeu (BCE) exigiu a redução de exposição dos activos do BPI a Angola e desde que se iniciaram as negociações entre os accionistas para a resolução do caso, o Banco Nacional de Angola ainda não emitiu nenhum parecer.

A 7 de Outubro, a Assembleia-Geral do BPI esteve reunida com o objectivo de encontrar solução que satisfizesse os accionistas do Banco de Fomento Angola (BFA), nomeadamente a operadora telefónica Unitel e o BPI, tendo sido acordado que 2% das acções do BPI fossem cedidas à Unitel, colocando os angolanos no controlo do BFA, com 51,9%, e o BPI, com 48,1%.

De acordo com um comunicado do banco português emitido no fim da reunião de sócios, a operação ficava concluída com a "autorização do Banco Nacional de Angola (BNA) quanto ao aumento da participação qualificada já detida pela Unitel no BFA e

# 51,9

Por cento corresponderá à participação da Unitel no BFA, se concretizar a venda de mais 2% do capital do BPI, no banco angolano.

a autorização das operações de capitais necessárias para o pagamento ao Banco BPI e transferência para Portugal do valor da aquisição acordado em 28 milhões de euros".

## CaixaBank adia solução

A meio da semana passada, estava agendada uma Assembleia-Geral do BPI, esta que se pronunciaria sobre a venda de 2% do BFA à Unitel, mas foi suspensa pelo accionista maioritário do BPI, o CaixaBank (45,50%), alegando não haver ainda "uma posição conhecida do BCE sobre o processo de alienação".

Já na última sexta-feira, um dos accionistas do banco, Tiago Violas Ferreira (da Holding Violas Ferreira, detentora de cerca de 2% do BPI), faz uma ligação entre a suspensão da assembleia-geral (AG) e pagamentos em falta provenientes de Angola.

"Pode ser, e é até bastante provável, que a verdadeira razão do adiamento desta AG para o próximo dia 13 de Dezembro seja para aguardar pela confirmação do pagamento" devido, disse o empresário, citado pela imprensa lusa.

Outra condição de que dependia o processo para a concretização do contrato de compra e venda de 2% do BFA pela Unitel tinha que ver com a autorização do BNA à alteração dos estatutos do BFA e a aprovação da operação pela Assembleia Geral do Banco BPI, também expressas no comunicado de 7 de Outubro.

De lá para cá, e pelo que recolheu o VALOR de vários analistas, não houve qualquer pronunciamento do banco central angolano no sentido de validar, ou mesmo para travar o processo que pode colocar angolanos à frente da gestão do BFA, até agora o mais rentável de todo o sistema.

O consultor financeiro Galvão Branco acredita, no entanto, que, a avaliar pela exposição da carteira de crédito do BFA à economia angolana, bem como para os títulos do Tesouro, o BNA venha a tomar posições que favoreçam aos accionistas dos dois lados.

"O BNA evidentemente tem uma palavra a dizer por vários motivos. Tem de ter uma intervenção que tenha em atenção o facto de o BFA ser o banco que detém, neste momento, a maior carteira de títulos da dívida pública", comentou Galvão Branco.

Segundo a lei nº 12/15, das instituições financeiras, no seu artigo 16.º, os aumentos de capital social podem decorrer da incorporação de reservas ou novas entradas em dinheiro, segundo os termos e condições a serem definidos pelo Banco Nacional de Angola. "Carece de autorização do BNA a transacção de lotes de acções que, isoladas ou cumulativamente, representem uma participação qualificada na instituição financeira", impõe a lei, que também dá poderes ao banco central para a definição do capital social a ser negociado no mercado de valores mobiliários.

O VALOR tentou vários contactos com o Gabinete de Comunicação Institucional do banco central, questionando o silêncio do regulador angolano e as razões para o atraso na reacção do aviso da Assembleia Geral do BPI, mas até ao fecho desta edição não obteve respostas.

**'GUERRA'JÁ DURA HÁ ANOS**  
Várias 'batalhas' antecedem aos factos recentes, desde Outubro do ano passado. A primeira solução encontrada para a redução de exposição dos activos do BPI em Luanda foi um projecto de cisão dos activos. Ou seja, o BPI tencionava criar uma sociedade, onde viria a juntar todo o activo africano, designadamente o BFA, o BCI e o BPI Moçambique. Estratégia foi recebida com 'bons olhos' pelos espanhóis, apesar de ter recebido 'não' de Isabel dos Santos, por via da Santoro.

Mais tarde, a empresária angolana, agora presidente ao conselho de administração da Sonangol, apresentou nova solução alternativa: através da Unitel, Isabel dos Santos apresentou uma proposta de aquisição de mais 10% do BFA, que lhe daria o controlo maioritário e que reduziria a exposição do banco português de exposição ao risco em Angola.

A aprovação pelo Presidente da República portuguesa, Marcelo Rebelo Sousa, do diploma sobre desblindagens de estatutos das empresas cotadas 'deixou cair' todas as soluções até então conseguidas quer por Isabel dos Santos, quer pelo BPI, já que abria caminho para Oferta Pública de Aquisição (OPA) dos espanhóis à totalidade do capital do BPI. Uma 'nova' solução foi a alienação de 2% do BFA à Unitel, esta que está também dependente agora da aprovação do banco central angolano.

# Empresas & Negócios

ENTREPOSTO ADUANEIRO INCENTIVA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

## Empresa investe 1,6 milhões de kwanzas em novas filiais

**INVESTIMENTO.** Entrepósito Aduaneiro de Angola quer criar, no próximo ano, novos postos de trabalho, com abertura de filiais em Malanje, Uíge e Cunene.



O EAA foi criado para liderar a importação de bens essenciais.

Mário Miguel ©VE

### MEMORIZE

● O EAA pretende, até 2022, prevê consolidar a rede nacional e colocar-se em condições de contribuir para uma maior oferta de bens alimentares com níveis de qualidade comparáveis aos existentes em mercados internacionais. A curto prazo, a empresa tem um outro desafio, que passa pela instalação de uma linha de produção de embalagem de pequena dimensão.

Por António Miguel

O Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA) está a investir 1.692 milhões de kwanzas na construção de três novas filiais, em Malanje, Uíge e Cunene. As empreitadas, que deverão estar concluídas até ao primeiro trimestre de 2017, estão orçadas, cada uma, em 564 milhões de kwanzas, soube o Valor de fontes próximas à empresa pública. De acordo com a nossa fonte, o referido investimento faz parte da estratégia do EAA, de aumento da abrangência territorial, “com o objectivo de satisfazer as províncias abrangidas, com produ-

tos da cesta básica, a preços competitivos”. É também desiderato da empresa pública absorver produtos agrícolas locais, no âmbito do programa da cadeia integrada de aprovisionamento, para grandes centros urbanos como Luanda, Lobito e Lubango. A administração do EAA, explicou as fontes, tem noção dos desafios que se impõem na materialização deste projecto de escoamento de produtos do campo para a cidade, tendo em conta as dificuldades existentes, a nível de escoamento de produtos do campo em todo o país, como vias de comunicação, custos com os combustíveis, bem como a inexistência de infra-estruturas intermédias desde os pólos de produção aos pontos de venda final ao consumidor. “A estratégia passa pela criação de parcerias com agentes locais, desde

# 564

Milhões de kwanzas é o valor de construção de cada nova filial do EAA.

aqueles que necessitam de insumos para a produção aos que carecem de meios para o escoamento, surgindo nesta cadeia o EAA como uma espécie de âncora”, informaram, as fontes que garantiram, sem precisar números, a criação de novos postos de trabalho, nas três províncias referenciadas. O EAA pretende, até 2022, consolidar a rede nacional e estar em plenas condições de contribuir para uma maior oferta de bens alimentares com níveis

de qualidade comparáveis aos existentes nos grandes mercados internacionais. Mas, para o curto prazo, a empresa pública tem um outro desafio, que passa pela instalação de uma linha de produção de embalagem de pequena dimensão. O projecto, financiado através de crédito bancário, está orçado em mais de 200 milhões de kwanzas, e as negociações com o banco para a aquisição de equipamentos estão já também concluídas. Produtos como o arroz, feijão e açúcar, adquiridos em sacos de maiores dimensões e identificados com a própria marca EAA, ou do cliente, poderão ser embalados em sacos de um, dois e cinco quilogramas. A administração do Entrepósito tem ainda em carteira um programa para a ampliação da sua rede de frio, para um total de 1.300 metros cúbicos para os produtos congelados e frescos, que conta igualmente com um orçamento superior a 200 milhões de kwanzas. O EAA foi criado pelo Governo com o objectivo de liderar a importação de bens essenciais, principalmente a cesta básica, de modo a garantir a estabilidade de preços no mercado. Nos primeiros quatro meses de 2016, importou 12 mil toneladas de mercadorias, 9.600 das quais de farinha de trigo e 2.400 toneladas em ‘mix’, fundamentalmente óleo alimentar.



## NO KUITO, BIÉ Fábrica investe 15 milhões USD

A fábrica de transformação de água do Cuquema, instalada no Kuito, Bié, começa a produzir, em 2017, mais de 25 mil litros por dia, num investimento que ronda os 15 milhões de dólares, revelou o seu director Luís Pinto.

Localizada nas proximidades do rio Cuquema, possui mecanismos estruturados para o início da produção de água, prevista para Junho, sendo que a direcção da empresa aguarda apenas por um reforço financeiro garantido no âmbito do programa ‘Angola Investe’.

Segundo o director da fábrica de transformação de água do Cuquema, a infra-estrutura apresenta 95% de conclusão efectiva “e, à semelhança de outras províncias, o Bié vai poder exportar o precioso líquido”.

O arranque deverá proporcionar 70 novos postos de trabalho, a serem providos maioritariamente por nacionais, bem como pretende contribuir para a baixa de preços do produto, conforme assegura Luís Pinto que enfatiza que “o Bié é muito rica em recursos hídricos”.





O GRUPO EMPRESARIAL Huafeng pretende investir mil milhões de dólares em cinco anos na agricultura, pecuária, avicultura, indústria transformadora, pescas, aquicultura e indústria farmacêutica disse, em Luanda, o presidente do grupo, Zhan Yongaiou



HUAMBO POSSUI 4.793 de empresas comerciais, constituídas por micro, pequenas e médias, revela um documento apresentado ao governador daquela província, João Baptista Kussumua, durante um encontro com empresários locais.

META DEPENDENTE DE NOVAS LICITAÇÕES

# EWS quer evoluir para operadora petrolífera

**PETRÓLEO.** Uma das poucas empresas nacionais na indústria petrolífera diz possuir tecnologia que reduz custos operacionais dos 18 aos cinco mil milhões USD. Questiona, no entanto, pouca abertura da concessionária.

Por Valdimiro Dias

A EWS, empresa angolana prestadora de serviço de assistência petrolífera, pretende evoluir para operadora nos próximos tempos, revelou ao VALOR o presidente da comissão executiva da companhia (CEO, na sigla em inglês).

Leonardo Teka Nganga indicou que a concretização aguarda apenas pela licitação de novos blocos pela concessionária Sonangol, sendo que “as condições técnicas, humanas e financeiras para a evolução para o grupo selecto de empresas operado-

ras de petrolíferas nacionais” estão asseguradas, como prevê o plano estratégico da companhia de médio e longo prazos.

Especialista no segmento da manutenção das linhas de produção, sobretudo no combate à corrosão, a EWS, segundo a sua administração, possui técnicas novas que permitem a redução dos custos operacionais das operadoras, actualmente à volta dos 18 mil milhões de dólares, para entre sete e cinco mil milhões de dólares, fruto de parcerias internacionais. A tecnologia, diz a empresa, dá maior garantia ao ‘pipeline’ e consiste em técnicas modernas de introdução de químicos e de colocação de ‘pipeline’ ‘subsea’, em águas ultraprofundas.

Nganga lamenta, entretanto, que,

“apesar do potencial”, não encontre “muito espaço nem incentivo por parte da concessionária”, cuja política para as empresas prestadoras de serviço diz “não compreender”.

Sobre o desempenho financeiro, Venâncio Luís Sachibingo, administrador executivo da empresa, antevê que a EWS não atinja os “resultados esperados”, apontando para o défice financeiro, fruto de atrasos nos pagamentos já acima dos dois milhões de dólares, além do facto de alguns contratos firmados estarem em ‘stand by’.

Considerada uma das poucas empresas nacionais prestadoras de serviços na indústria petrolífera, a facturação da EWS recuou cerca de 46,6% para os oito milhões de dólares, em 2015.

Depois dos cerca de 15 milhões de

A EWS venceu a 28.ª edição do ‘London Quality Crown’ 2016.



dólares de receitas em 2014, os resultados da empresa viram-se afectados pela queda do volume de negócios das prestadoras de serviço na indústria petrolífera que, segundo cálculos oficiais, recuou 50% para os 10 mil milhões de dólares, no ano passado.

Com mais de 250 trabalhadores, a EWS possui vários espaços de apoio às operações de logística, contando um Luanda, na zona do ‘Quilómetro 30’, além de uma área de três mil metros quadrados em Ambriz, no Bengo. Há quatro anos, iniciou o processo de internacionalização,

com presenças nos Estados Unidos, Reino Unido e no Brasil, instalando unidades que dão suporte logístico à ‘empresa mãe’. Entre os principais clientes da empresa, encontram-se a Total, a BP, a Sonangol e a Somoil.

A empresa venceu a 28.ª edição do ‘London Quality Crown’ 2016, numa cerimónia que decorreu nos dias 19 e 20 de Novembro, na capital inglesa. O Prémio visa reconhecer o prestígio das empresas, organizações e pessoas de negócios no mundo da qualidade e teve a participação de empresas de 119 países, cinco dos quais africanos.

INDÚSTRIA CIMENTEIRA

# Cimangola necessita de 100 milhões de dólares para duplicar produção

Por José Zangui

O investimento total para a implementação da nova Cimangola II está avaliado em 385 milhões de dólares. A execução do projecto, segundo dados disponibilizados pela direcção da empresa, está repartida por duas fases, estando reservado para a primeira a produção de cliquer, operação que deverá implicar um inves-

timento de 285 milhões de dólares.

Os testes programados, para esta primeira etapa, devem arrancar, no próximo mês, sendo que a produção deverá ocorrer entre Janeiro e Fevereiro, afirmou o administrador e director de relações institucionais estratégicas da empresa, Manuel da Silva Pacavira. O mesmo explicou também que a segunda fase do projecto, que prevê a produção de 1,8 milhões de toneladas de cimento/ano, deve arrancar em Fevereiro de 2017, com a montagem de equipamentos,

## MEMORIZE

● A primeira fase da construção da Nova Cimangola II custou 285 milhões de dólares e a segunda espera por um financiamento de 100 milhões de dólares. A fábrica foi construída num espaço de sete mil metros quadrados.

estimando-se para mais tarde, entre Junho e Julho, o arranque da produção. No entanto, “o cumprimento destes prazos está dependente de um financiamento bancário na ordem dos 100 milhões de dólares”.

A nova unidade fabril, localizada a poucos quilómetros da via expressa de Cacucaco, em Luanda, está a ser financiada por bancos angolanos e portugueses e construída pela empresa chinesa, SINOMA. Quando concluída, prevê duplicar a produção da empresa de cimento Nova Cimangola, passando das actuais 1,8 milhões de toneladas para 3,6 milhões de toneladas por ano. Segundo Manuel Pacavira, inicialmente, a fábrica vai arrancar com a mão-de-obra expatriada, “devido à complexidade da tecnologia montada”. Contudo, garante, “há técnicos nacionais que estão a ser formados e que faseadamente vão integrar as equipas”.

## País com excedentes

Com uma produção instalada de 8,3 milhões de toneladas/ano, segundo dados oficiais de 2014, a indústria cimenteira nacional dispõe de um excedente de 2,3 milhões de toneladas de cimento anuais, quantidades exportáveis para outros mercados.

Entretanto, um decreto conjunto (nº 15/14, de 15 de Janeiro) proíbe a importação de cimento, com excepções para três províncias fronteiriças (Cabinda, Cunene e Kuando-Kubango), cada uma com uma quota de importação de 150 mil toneladas.

# Empresas & Negócios

EM CAUSA ELEVADOS CUSTOS

## Fábrica de lapidação pode encerrar

**NEGÓCIOS.** Ausência de uma indústria de jóias estável no país, queda da procura e baixo preço do quilate no mercado internacional obrigam angolanos a procurarem alternativas para aumentar receitas e rentabilizar a fábrica de lapidação de diamantes.

Por Mário Costa

A angolana Polishing Diamond (APD), tutelada pela Sodiam do grupo Endiama, no segmento da lapidação, pondera paralisar totalmente a sua actividade, como consequência do aumento dos custos operacionais, explicados pelos baixos níveis de produção impostos pela crise, apurou o VALOR de fonte próxima da gestão da companhia. A produção total da APD está fixada, nesta fase, em cerca de 20% do projectado para a segunda metade do ano, “uma situação que desvaloriza ainda mais a ‘pedra preciosa’ exportada por Angola” e que

deixa a administração da ‘holding’ de ‘mãos atadas’. No início deste ano, a empresa fixou como meta para o segundo semestre, a lapidação de 20 mil quilates de diamantes por mês, evoluindo dos iniciais cinco mil quilates, objectivo que não se concretizou, tal como não ocorreu a abertura de uma loja, em Luanda, para a venda de jóias produzidas no país.

Em 2008, a unidade fabril paralisou, pela primeira vez, devido à crise dos preços dos diamantes no mercado internacional, tendo retomado as actividades este ano, depois de falhada a parceria com o investidor israelita e após a conclusão do processo de reestruturação da fábrica que incluiu a formação de quadros, num investimento global de sete milhões de dólares. “Estamos a trabalhar para encontrar uma parce-



ria mais segura que nos garanta que os diamantes lapidados em Angola sejam negociados nos preços aceitáveis, o que contribuiria bastante para o aumento das receitas fiscais para os cofres do Estado”, indica a fonte, falando do Qatar, onde participou da Plenária do Processo Kimberly, na semana passada. “Entre os possíveis mercados a explorar, a realidade é conjuntural, porque a baixa procura pela pedra preciosa fez baixar também os preços e os países produtores são obrigados a reter as suas exportações”, analisa, indicando que o aumento da produção da ‘pedra preciosa’ na Rússia e no Botswana e a capacidade de lapidação dos Emirados Árabes Unidos afectaram a indústria diamantífera nacional, que se vê obrigada a aumentar os estoques dos diamantes em bruto “para não inundar o mercado internacional e manter os preços ligeiramente estáveis”.

Ao que o VALOR apurou, a Endiama continua a pagar trabalhadores que não estão a prestar serviço à APD, em função das actividades mínimas, facto que contribuiu para a subida dos custos operacionais da empresa.

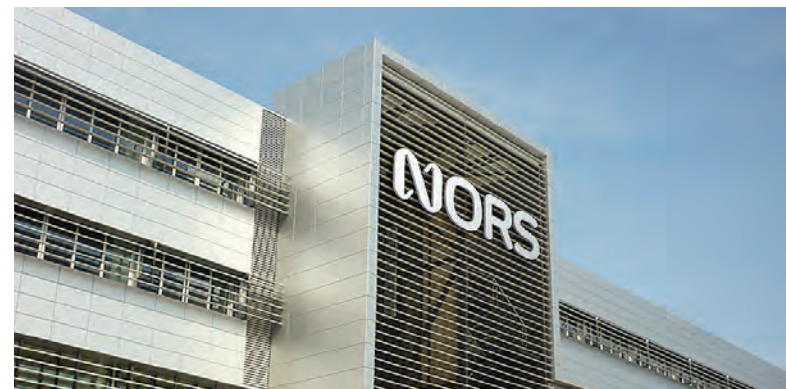
A APD, que conta com 160 trabalhadores, 150 dos quais nacionais, investiu, numa primeira fase, 10 milhões de dólares e foi concebida como uma unidade fabril para ‘revolucionar’ a indústria diamantífera do país, aumentando as vendas da pedra preciosa.

## Grupo NORS investe em novas instalações

O grupo NORS, de capitais lusos, inaugurou, na semana passada, as novas instalações da Auto Sueco e Auto-Maquinaría nos arredores de Luanda, num investimento de 35 milhões de dólares. O grupo, que se dedica ao transporte e equipamen-

tos de construção, está presente em Angola há cerca de 25 anos, com operações em Luanda, Lobito e Lubango, incorporando as empresas Auto Sueco, Civiparts Angola, Auto-maquinaría e Onedrive Angola. As novas instalações, uma área total de 10 hectares, foram construídas no município de Viana, em Luanda, devido ao desenvolvimento que aquela zona tem registado

nos últimos anos, com a instalação de um grande número de empresas, afirmou o presidente do conselho de administração do grupo NORS, Tomás Jervell, citado pela Lusa. A crise de cambiais que o país enfrenta nos últimos anos tem resultado na diminuição das vendas da empresa e tem causado atraso na prestação de serviços e fornecimento de peças, camiões, entre outros.





# CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos






## ✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



## ✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

• Blocos 	• Abobadilhas 	• Lancil 	• Pavê 	• Lajetas 
• Manilhas 	• Grelha de enlramento 	• Tubos 	• Cones 	• Caixas de visita 

## ✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

• Vigotas 	• Painel e Laje Alveolar 	• Laje TT 	• Ripas 
--	--	--	--

## ✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



## ✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



# (In)formalizando

FABRICO DE MOINHOS GERA EMPREGO ENTRE JOVENS

## Um negócio para uma vida

**INDÚSTRIA.** Fabrico de máquinas de moagem e de ralar jinguba tornou-se num negócio que tem tudo para se tornar formal. Gera lucros e empregos e tem futuro, atendendo à tradição gastronómica angolana.

Por Amélia Santos

Um milhão e 800 mil kwanzas é a média de lucros que José Manuel Simão obtém por mês, no fabrico de moagens e nas máquinas de ralar jinguba. O ‘pequeno’ empresário, que já presta serviços um pouco por toda Luanda, garante emprego a mais de 40 trabalhadores nas áreas de mecânica, torneiro mecânico, serralharia e electricidade, entre outras.

Com 42 funcionários em três fábricas de moinhos, aos 34 anos, este empreendedor procura, de forma formal e legal, estabilizar-se no mercado. Com todos os documentos tratados, garante estar a trabalhar legalmente e a pagar todos os impostos. A moagem é daquelas apostas que “compensam” fazer investimentos, dado o número de consumidores do famoso funje nacional ou também conhecido como ‘bilada’.

Em 2002, José Manuel Simão foi convidado pelo tio a trabalhar numa moagem. Em 2004, resolveu criar o seu próprio negócio no mesmo ramo. Baseado num desenho, montou a sua primeira máquina para começar a fazer a moagem. O negócio foi crescendo e permitiu-lhe sonhar mais alto: decidiu fabricar as suas próprias máquinas e comercializá-las.

Em 2013, procurou obter um crédito através do programa Kixicredito,

mas não teve uma resposta positiva. “O responsável, depois de fazer a avaliação, não achou conveniente ceder o empréstimo. A partir daí, fui andando por meios próprios”, conta

De “tão bom” que o negócio é, José Manuel Simão garante estar a vê-lo a crescer a “boa velocidade”. Não tem dúvidas que se trata de “uma actividade de solução imediata”, porque “90% do povo angolano se alimenta de funje de milho e bombó.”

José Simão gere três espaços, que se encontram localizados nos mercados do 30 (Viana), Simione Campo (depois do Nova Vida) e no Catintom (Maianga).

Neste último, paga pelo espaço 45 mil kwanzas mensais de renda. Os funcionários auferem salários entre 25 mil e 50 mil kwanzas, de acordo com a especificidade de trabalho de cada um, nas mais variadas áreas.

Domingos Ngola, de 33 anos, é parceiro numa das moagens de José Simão há três anos. Entrou no negócio também pela mão de um tio que tinha uma moagem. No mercado do Catintom, trabalha como mecânico, mas sem remuneração, porque ainda está numa fase de aprendizagem.

Já Bernardo Kapote, de 19 anos, ainda estudante, encontrou o primeiro emprego na fábrica de moagem, no mercado de Catintom. O gosto pela serralharia e a influência dos amigos empurraram-no para agarrar na oportunidade de autossustentar-se e ajudar nas despesas de casa. Por enquanto, recebe uma remuneração semanal, enquanto não termina o estágio.

Um dos funcionários com mais de três anos de trabalho, Nelson de

# 2

Milhões de kwanzas, preço de uma máquina grande de moagem

# 50

Mil kwanzas, salário máximo para um trabalhador numa fábrica de máquinas de moagem

Jesus, de 19 anos, também teve o primeiro emprego na moagem e na fábrica de moinhos. Soldadura, pintura e electricidade é uma das suas ocupações diárias. Com o que ganha, paga os estudos em Ciências Económicas e Jurídicas e ajuda a sustentar a família entre outros gastos. Já com a experiência adquirida, anseia também criar a sua própria fábrica, por ser “um bom negócio”.

As suas máquinas não são só vendidas em Luanda. Outras províncias, como Huambo, Kwanza-Sul, Bié e Bengo, também já compram o material de José Simão, que, em média, por mês, consegue fabricar cerca de quatro a cinco máquinas, dependendo do



Funcionários da fábrica de moagem, no Catintom



José Manuel Simão, empreendedor de fábricas de moagens

volume de encomendas. Fabricante dá garantia de um ano aos clientes e neste prazo as manutenções são gratuitas. Normalmente, as peças para o moinho são fabricadas internamente, excepto os rolamentos.

Os preços das máquinas variam de acordo com o tamanho. As moa-

gens mais pequenas custam a partir dos 380 mil kwanzas, já as grandes podem chegar até aos dois milhões. Para as máquinas de moer jinguba, o preço é mais “acessível”, ronda entre os 150 mil e 250 mil kwanzas cada uma. Quatro a sete dias é o tempo limite para o fabrico de uma máquina grande.

O 1º EL CLÁSSICO DA ÉPOCA  
ESTÁ A CHEGAR E A ZAP  
VAI ESTAR EM DIRECTO  
A PARTIR DE BARCELONA.

**zap**<sup>HD TV</sup>  
A minha TV



SÁBADO, 3 DEZEMBRO  
ÀS 16:15



Canais 25 e 26 HD

O MELHOR QUE HÁ É NA ZAP QUE DÁ.



LIGUE  
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao  
Todos os dias, incluindo feriados,  
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em [www.zap.co.ao](http://www.zap.co.ao) e siga-nos



## DE JURE

ARGUMENTOS DE DEFESA

# Lei da Probidade não é aplicável ao Presidente da República

O PR não responde pelos seus actos, salvo nos casos de crimes de traição à pátria e espionagem, por suborno, peculato.



©JVE

**NOMEAÇÃO.** Indicação de Isabel dos Santos conhece novos capítulos, na discussão jurídica. Renomados constitucionalistas portugueses juntam-se à voz dos que defendem legalidade do acto do Presidente da República.

Por Redacção

Vários constitucionalistas portugueses, de renome, juntaram-se às vozes que defendem a legalidade do

acto do Presidente da República, em nomear Isabel dos Santos, para presidente do conselho de administração da Sonangol. Segundo apurou o VALOR, um parecer do renomado professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra Jorge Ferreira Sinde Monteiro, na posse de instituições oficiais, argumenta que a Lei da Probidade Pública não é aplicável ao Presidente da República já que se trata de um órgão de soberania, cujos limites de governação apenas a Constituição estabelece.

Em alinhamento com os argumentos de Jorge Ferreira Sinde Monteiro, outro renomado constitucionalista português Jorge Bacelar Gouveia explicava também à TPA, na sexta-feira, a impossibilidade de impugnação da nomeação de Isabel dos Santos, na medida em que se trata de um acto discricionário do Presidente da República.

Antes disso, o jurista e professor

universitário angolano João Pinto, ao jornal 'Nova Gazeta (NG)', sobre a impossibilidade de impugnação do acto de nomeação praticado pelo Presidente da República, afirmou: "O acto de nomeação é um acto político e estratégico, de confiança, é um acto discricionário do Presidente da República", alertando que não pode ser confundido com os actos de probidade aplicáveis somente à contratação pública. "Os actos do Presidente da República só podem ser avaliados no quadro da Constituição", reforçou.

Em sentido contrário, Pedro Kaparakata, outro jurista consultado pelo NG, defendeu que a nomeação fere o artigo 28.º da Lei da Probidade, justificando, entretanto, ser uma atitude "normal", do ponto de vista sociológico. "Sociologicamente, este é o comportamento do angolano. Nas empresas públicas e privadas, as pessoas são nomeadas por serem parentes ou amigos de quem decide e não por terem competência. Se for ao Parlamento, vai notar que aí estão todos entre parentes e amigos".

Num texto publicado nas redes sociais e retomado por alguns 'sites', a jurista Mihaela Webba citou o princípio de igualdade previsto na Constituição, mas questionou a razão por que ao Presidente da República não se aplicará o impedimento de nomear parentes seus na linha recta. "Se este impedimento serve para os outros agentes públicos, por que

razão não servirá igualmente para o Presidente da República?", indagou.

O jurista João Pinto respondeu, esclarecendo que "as nomeações não são vinculativas, o que significa que não podem ser confundidas com as situações de contrato, já que a estas se aplica a Lei da Probidade".

Para o professor universitário, que já escreveu várias matérias sobre o assunto, em relação à notificação do Tribunal Supremo ao Presidente da República e à presidente do conselho de administração da Sonangol, "deveria haver um indeferimento liminar, por força da Constituição, já que o acto não pode ser impugnado". O professor citou ainda o artigo 127.º da Constituição para lembrar que o Presidente da República não responde pelos seus actos, "com excepção dos casos de crimes de traição à pátria e espionagem, por suborno, peculato e corrupção, entre outros", como estabelece o artigo 129.ª da lei magna. "Mas, como todos sabemos, não é isso o que está em causa", esclareceu.

Itiandro Simões, outro jurista ouvido pelo NG, concorda que a Lei da Probidade não é aplicável ao Presidente da República e explicou-se: "A lei procede a uma delimitação do âmbito subjectivo, ao definir a qualidade de 'agente público'. O nº 1 do artigo 15.º começa por enunciar os sujeitos, através de uma enumeração taxativa. E começa por excluir o Presidente da República, que não é membro do Executivo mas o seu titular".

Para o jurista, "defender o contrário é o mesmo que afirmar que este está sujeito ao quadro sancionatório previsto na referida lei. E o diploma que define a responsabilidade política, criminal e civil do Presidente da República não pode ser uma lei infraconstitucional, sendo, em contrário, os artigos 127.º a 129.º da Constituição".



O CENTRO DE RESOLUÇÃO Extrajudicial de Litígios, afecto ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, realizou na última sexta-feira, em Luanda, uma acção formativa que visou certificar os participantes em matéria de mediação e conciliação de conflitos.



O BNA anunciou, na semana passada, o desmantelamento de uma rede criminosa com elementos que se faziam passar por membros da administração e funcionários, extorquindo cidadãos e empresas, alegadamente em negócios com divisas.



# CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE SOBRE ARBITRAGEM Tratado pode ajudar a captar maior investimento estrangeiro

**LITIGIO EXTRAJUDICIAL.** Tratado de Nova Iorque sobre arbitragem pode ajudar Angola a atrair mais investidores estrangeiros, por se tratar de um meio de resolução de conflitos extrajudicial.

Por Redacção

Entre outros assuntos, discutir “As novas fronteiras da arbitragem em Angola”. A adesão ou ratificação de Angola à Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem, cujo processo está em curso, foi um dos temas destacados, durante o encontro.

Este tratado, segundo o patrono da MG Advogados, Manuel Gonçalves, poderá ajudar o país a atrair mais investidores estrangeiros, “por ser um meio de resolução de conflitos extrajudiciais e um factor

importante para um ambiente de negócios favorável”.

O advogado sublinha que a Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem se reveste de capital importância para a economia nacional, sobretudo nessa altura de crise, porquanto os investidores estrangeiros, antes de entrarem em qualquer país, olham para o ambiente de negócios, nomeadamente o ‘Ranking Doing Business Record’, ou lista do ambiente de negócios em que se encontram os países.

Nesta matéria, destacou Manuel Gonçalves, Angola precisa de estar em melhor posição no ‘ranking do Doing Business Record’ para atrair mais investidores, reforçando que uma das características para melhorar o ambiente de negócios, no plano internacional, é o posicionamento de Angola relativamente ao tema da arbitragem, tendo em

conta que possibilita os investidores resolverem litígios, nos negócios, de forma célere sem recurso aos tribunais.

A adesão ou ratificação de Angola à Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem permite, por outro lado, o reconhecimento e execução das sentenças arbitrais proferidas no estrangeiro em Angola e vice-versa, apelando, por isso, à necessidade do projecto-lei sobre a matéria passar a vigorar no país.

A Assembleia Nacional aprovou a Convenção de Nova Iorque sobre Arbitragem a 12 de Agosto de 2016, mas o processo, segundo os especialistas, precisa de dar mais alguns passos para que seja um instrumento utilizável em Angola. A Convenção sobre Reconhecimento e a Execução de Sentenças foi celebrada a 10 de Julho de 1958, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

## Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

**PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'**  
**RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola**  
A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

**PETRÓLEO**  
**Potencial do onshore ignorado**  
Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de micro economias locais e de emprego. A produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, cor triariando a tendência mundial 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorada onshore. Págs. 4-9

**EM CAUSA A CRISE DE DIVISA:**  
**Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza**  
A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é autora de uma proposta que det ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

**Luanda com seis novas centrais eléctricas**  
Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêm abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

**CATIVIAÇÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS**  
**Governo descarta revisão imediata do OGE**  
À entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inactivo no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a impossibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Págs. 10-11

Moedas: ANZ USD 160,9 Kz (+0,9) | EUR 181,02 Kz (+0,7) | LIBRA 229,7 Kz (+0,1) | YUAN 24,7 Kz (+0,1) | RAND 80 Kz (+0,1)

**Descarregue a App**

**Assinaturas:**  
assinaturas@gem.co.ao  
comercial@gem.co.ao



**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA**  
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792  
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

# Gestão

MARCA DE BRINQUEDOS É A TERCEIRA MAIOR DO MUNDO

## Legó: fábrica de sonhos e de fantasias

**BRINQUEDOS.** Aproxima-se o Natal e tradição manda que se comprem objectos para crianças. Há mais de 70 anos que a Legó tem uma palavra a dizer. Já causou alegrias a várias gerações e hoje continua a renovar as suas propostas de jogos didácticos de montar, imitando tijolos da construção civil. Tudo começou na Dinamarca com a família Christiansen.

Por Emídio Fernando

A originalidade dos brinquedos inventados por um antigo carpinteiro dinamarquês atravessa gerações e fronteiras e faz da Legó a marca de objectos infantis mais famosa do mundo. Ole Kirk Christiansen foi obrigado a usar, da melhor forma, o ofício que aprendera para sobreviver à grande depressão vivida na Europa no início de 1930. Ainda em criança aprendeu a construir em madeira para ajudar o sustento de uma família com 13 filhos.

O início daquela que é considerada a mais longa crise económica europeia, provocando altas taxas de desemprego e que só viria a terminar com o fim da II Guerra Mundial, não constituiu propriamente uma grande novidade na rotina da família de agricultores, já habituada às dificuldades económicas.

Ole Kirk Christiansen aplicou os conhecimentos de carpinteiro para montar uma pequena empresa, na cidade de Billund, em 1916, que se dedicava a fazer móveis e pequenos objectos em madeira. No entanto, oito anos depois, a empresa e as instalações viriam a ser destruídas por um incêndio. Mas o jovem carpinteiro e empreendedor não desarmou: alargou as instalações refeitas, alugou parte delas e apenas utilizou um dos espaços para montar uma ofi-

cina. Aqui, começou por construir apenas miniaturas de casas e móveis que serviam de brinquedos. Iniciava assim o conceito da Legó que só viria a ser uma marca como tal em 1932.

Foi a partir desse ano, já em plena crise económica, que Ole Kirk Christiansen encontrou, através da madeira, na imitação de carros, camiões e casas e em mealheiros em forma de porco, uma forma de sobreviver. Mesmo em crise, a pequena fábrica alargou-se e, dois anos depois, já tinha nome: Legó, que é a junção de duas palavras que em dinamarquês significam 'brincar bem'. A mesma palavra, numa tradução livre do latim, pode querer dizer 'eu montei'.

Estava assim consolidado o conceito que viria a ser fortalecido com o uso do plástico a seguir ao final da guerra. O primeiro brinquedo foi um camião que poderia ser desmontado e remontado, mas ainda com peças grandes. Em 1947, Ole Kirk Christiansen, já associado ao filho Godtfred, comprou uma patente britânica que consistia na montagem de cubos de

## 2004

Ano em que o Legó esteve à beira do colapso financeiro.

plástico ocos com quatro parafusos na parte superior e que serviam para a instalação de estantes. Os brinquedos passaram assim a ser construídos em madeira e em plástico até que o mais novo Christiansen, já a tomar as rédeas da empresa, entendeu que a produção em massa de plástico seria mais rentável. O pai tinha falecido em 1958, aos 66 anos de idade.

Nem um novo incêndio, que destruiu a fábrica, atrapalhou os planos de Godtfred Christiansen que já sentia o mercado da Dinamarca pequeno demais. Em 1961, assume a estratégia de expansão, inicialmente com um acordo com a Samsonite que se comprometeu a vender os brinquedos para os Estados Unidos e Canadá. Ficou assim traçado o caminho de sucesso.

No final desse ano, a empresa já empregava mais de 450 pessoas. Hoje, encontra-se representada em 10 países e tem mais de 10 mil funcionários em todo o mundo. Em 2015, foi a terceira marca que mais cresceu no mundo, subindo em 25% o que representa de lucros um valor a rondar os 6,7 mil milhões de dólares. E encontra-se também em terceiro lugar nas marcas de brinquedos mais vendidas em todo o mundo.

Para atingir estes números, a década

de 1960 foi decisiva. Em apenas três anos, a dinâmica introduzida pelo filho do fundador da Legó permitiu que a empresa passasse a usar o plástico que ainda hoje faz os brinquedos, um material menos propenso à descoloração e deformação e mais resistente ao calor, ácidos, sal e outros produtos químicos, iniciasse a construção de brinquedos especificamente orientados para crianças com idade pré-escolar, inserisse nas caixas os manuais de utilização e estresse as rodas para carros e os bonecos com formas humanas. No final da década, ainda 'inventou' os motores a pilhas e as caixas de trilhos para pequenos comboios eléctricos.

Nos últimos anos, o Grupo Legó deixou de ser apenas o 'mero' fabricante de brinquedos. Gere um parque temático na cidade natal do fundador da marca, o Legoland, entrou no competitivo mercado dos jogos de vídeo e mais recentemente na produção de filmes, chegando a ter os seus bonecos como protagonistas em filmes de Hollywood.

Apesar deste sucesso, a Legó sofreu um declínio de vendas entre 1992 e 1998, em que foi incapaz de inventar novos brinquedos. Em 2004, esteve mesmo à beira do colapso financeiro. Só se reergueu a partir de 2005, criando mais produtos, mais inovadores e de maior dimensão.

A sede do grupo, na Dinamarca, ainda continua a exibir uma frase, à entrada, do fundador que define um lema de gestão empresarial: "Só o melhor é bom o suficiente".





# Caminhos divergentes da Tunísia e do Egipto



Ishac Diwan

*No Egipto, os subsídios estatais ainda se encontravam acima de 10% do PIB em meados de 2016, sugerindo um retorno ao antigo acordo autoritário no qual os cidadãos se abstêm da participação política em troca do apoio económico do governo.*

Faz cinco anos que o Egipto e a Tunísia passaram por mudanças de regime, mas os dois ainda sofrem com o baixo crescimento económico, grandes défices fiscais, alto desemprego e dívidas públicas crescentes. Tendo falhado na implementação de reformas por conta própria, ambos voltaram-se para o Fundo Monetário Internacional (FMI) que fez um acordo com a Tunísia em 2013 e acaba de aprovar um programa de empréstimo de 12 mil milhões de dólares para o Egipto - o primeiro desde 1991, no Médio Oriente.

À primeira vista, os países que se movem em direcção à democracia parecem ter um desempenho económico mais fraco do que quando avançam para uma ditadura renovada, porque a instabilidade política e a incerteza de qualquer tipo naturalmente prejudicam o investimento e o crescimento. Mas a Tunísia tem adoptado a inclusão política e poderá voltar a ter um crescimento económico saudável, enquanto a sociedade fechada do Egipto posiciona a sua economia para uma espiral descendente.

Até recentemente, os governos de ambos os países mostravam uma surpreendente falta de interesse em fazer reformas económicas. Em vez disso, envolveram-se em questões de identidade e em desafios de segurança que reflectem caminhos políticos divergentes. Na Tunísia, as disputas eleitorais entre o Partido Ennahda (islâmico) e o Partido Nidaa Tounes (secular) permitiram um debate produtivo sobre o papel da religião na política e na sociedade. No Egipto, em contraste, o governo autocrático do presidente Abdel Fattah el-Sisi reprimiu violentamente a Irmandade Muçulmana.

Enquanto isso, os governos de ambos os países não puderam

resistir ao aumento da despesa pública. No Egipto, os subsídios estatais ainda se encontravam acima de 10% do PIB em meados de 2016, sugerindo um retorno ao antigo acordo autoritário no qual os cidadãos se abstêm da participação política em troca do apoio económico do governo. Para receber a assistência do FMI, o Egipto comprometeu-se a reduzir os subsídios e a instituir um imposto de valor agregado.

Na Tunísia, os sindicatos conseguiram pressionar os salários dos funcionários públicos - que agora equivalem a 15% do PIB, acima de 10% do PIB em 2011 - bem acima dos objectivos do FMI. A instabilidade macroeconómica tem impedido o crescimento em ambos os países.

A baixa notação de crédito do Egipto forçou o governo a pedir empréstimos no mercado interno, o que afastou outros mutuários, a ponto de o investimento privado chegar a apenas a 11% do PIB. O endividamento externo da Tunísia não afastou o sector privado; não obstante, o investimento privado desceu para 18% do PIB.

Os défices, na conta corrente de ambos os países, aumentaram por causa da queda das receitas turísticas e da interrupção das exportações e nenhum dos dois países tomou medidas para melhorar a competitividade do sector privado. Sisi, como o ex-presidente egípcio Hosni Mubarak, não tem permitido que os actores do sector privado ganhem influência política e, em vez disso, apoia companheiros de confiança, como corporações do exército, e algumas das empresas anteriormente ligadas ao regime de Mubarak. Na Tunísia, a burocracia estatal tem dificultado o sector privado e há relatos de aumento da corrupção por empresas politicamente conectadas desde que o governo de Nidaa Tounes assumiu o poder, em 2015.

A Tunísia tem permitido que a sua moeda se ajuste ao longo do

tempo e o dinar perdeu um terço do seu valor em relação ao dólar norte-americano desde 2014. O Egipto, por sua vez, administrou desastrosamente mal a sua taxa de câmbio. Com a excepção de um ajuste em 2013, está 'preso' a uma taxa fixa desde 2011, mesmo depois de sua moeda se ter tornado massivamente sobrevalorizada. Quando o Egipto cumpriu com as condições do FMI e flutuou a moeda a 1 de Novembro, a taxa de câmbio enfraqueceu de 8,5 para 15,5 libras para o dólar. Em breve, as mercadorias importadas vão custar mais 40 a 60% do que agora.

Os povos egípcio e tunisino estão cada vez mais insatisfeitos com o desempenho económico nos seus respectivos países. Mas ao longo do tempo, essa frustração provavelmente vai ajudar a economia da Tunísia, enquanto irá prejudicar a do Egipto.

Para começar, a inclusão política na Tunísia promove um diálogo saudável sobre soluções potenciais. O novo gabinete tunisino, formado em Agosto, inclui ex-líderes sindicais, que agora podem criar políticas económicas e não apenas pressionar para obter salários mais altos. Isso já tornou os debates de políticas públicas mais construtivos, porque os criadores de políticas se concentram no trabalho e os negócios podem partilhar justamente o fardo de fazer ajustes económicos.

O sistema político fechado do Egipto, pelo contrário, deixa o governo constantemente com medo da rua. Sem canais para um debate político construtivo, a melhor opção do governo foi adiar os ajustes económicos necessários até que se tornassem inevitáveis. Isso não só é economicamente ineficiente (reflectido na ausência de investimento de carteira estrangeira líquida nos últimos anos), como é politicamente arriscado. Os políticos egípcios podem cruzar os dedos e esperar que a rua não se volte a levantar em resposta à recente des-

valorização da moeda.

A inclusão política cria um público mais informado - e possivelmente mais indulgente. Na Tunísia, membros da sociedade civil e da media podem examinar livremente o governo e pedir mudanças. Embora as reformas tenham sido lentas a chegar, o governo não pode ignorar para sempre a crescente crítica pública. De facto, a proposta de Orçamento para 2017 já inclui medidas urgentes para combater a corrupção e reduzir a burocracia e a evasão fiscal.

No Egipto, por outro lado, a desvalorização da moeda é um choque para o cidadão comum. Havia muito pouca compreensão pública sobre o estado da economia, porque a media 'mainstream', como porta-voz do regime, tem pintado um retrato cor-de-rosa do regresso do Egipto à glória. Ao mesmo tempo, a liberdade de expressão e de associação são severamente limitadas; criticar as políticas governamentais é considerado equivalente a alta traição.

A Tunísia fez progressos políticos ao reforçar os processos democráticos, criando espaços institucionais para todos os interessados e permitindo a liberdade de expressão e de reunião. Isso é um bom presságio para as perspectivas de longo prazo da economia tunisina.

O Egipto, por sua vez, pode beneficiar de ganhos a curto prazo como resultado do pacote assinado com o FMI. Os governantes 'ferozes, mas fracos', no entanto, não podem esperar progredir a longo prazo através do despotismo. Se não seguir o longo e tortuoso caminho rumo à inclusão política, mais cedo ou mais tarde, vai enfrentar aqueles que se sentem excluídos.

*Membro da Iniciativa do Médio Oriente e professor de Excelência Mundo Árabe, Ciências e Letras, da Universidade de Harvard, EUA.*

# Internacional

DEFENDE EMPRESÁRIO QUE LIDERA A ORGANIZAÇÃO DOS EXPORTADORES

## CPLP, uma potência a curto prazo

**EMPREENDEDORISMO.** Empresário e líder da União dos Exportadores da CPLP está convicto de que organização vai ser potência económica mundial. Mário Costa baseia-se em potencialidades de cada país que integra organização, mas sugere “melhor articulação” entre empresas.

O presidente da União de Exportadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (UE-CPLP), Mário Costa, acredita que a CPLP deverá tornar-se numa potência económica mundial em três décadas, superando mesmo os Estados Unidos. “É aquilo em que acreditamos e aquilo para onde corremos. Estamos a fazer um trabalho estruturado, temos esse objectivo muito firme e queremos que a CPLP seja em três décadas uma potência económica a nível mundial”, afirmou na inauguração da delegação das Beiras e Alto Alentejo da UE-CPLP, que ficará instalada no Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, em Portugal.

Mário Costa lembrou a dimensão do conjunto dos países que integram a CPLP (Angola, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Equatorial) e o facto de estes representarem um potencial de negócio e



A CPLP é composta por Angola, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Equatorial.



Países compõem a actual CPLP

### MEMORIZE

● O próximo fórum entre a União de Exportadores da CPLP está agendado para 16 e 17 de Dezembro, em Santa Maria da Feira, em Portugal, e junta empresas que se dedicam a exportações de todos os países que compõem a organização lusófona.

comércio que ultrapassa 86 países. O dirigente empresarial sublinhou que a CPLP “tem tudo o que é necessário” para poder afirmar-se como uma potência económica: “Tem a posição geoestratégica nos quatro

cantos do mundo, tem um número populacional que representa 30% da população mundial, tem recursos e humanos, tem empresários com ‘know-how’ e tecnologia e outros com mercados virgens, por

isso temos tudo o que é necessário para podermos ser líderes a nível planetário e num curto espaço de tempo”, reiterou.

No entanto, Mário Costa alertou que o trabalho de ligação entre

empresas desses países tem de ser bem estruturado, uma vez que se está a tratar com culturas muito diferentes e lembrou que é exactamente com o objectivo de estabelecer essas pontes que a UE-CPLP trabalha.

### POR CAUSA DO MERCOSUL

## Brasil satisfeito com Trump

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil defende que o “aumento da insegurança” provocada pela eleição de Donald Trump e a possível saída da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit) “deverão beneficiar” o sucesso do acordo comercial

entre europeus e sul-americanos.

“A possibilidade de sucesso das negociações UE/Mercosul tem uma relação directa” com o Brexit e a eleição de Trump, disse José Serra, numa conferência de imprensa ao lado do homólogo espanhol, Alfonso Dastis.

O responsável insistiu que estes dois acontecimentos podem “prejudicar a UE”, mas “incentivam” o livre comércio que está a ser negociado entre europeus e sul-americanos.

O Mercosul - composto por Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai - é o 6.º mercado das exportações da UE, tendo representado 115 mil milhões de dólares em receitas em 2015, e as empresas europeias pagam mais de 5,2 mil milhões de dólares em taxas alfandegárias.

Desde 1998, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE) negociam, sem sucesso, um acordo de comércio livre.



Mercosul e a UE negociam, sem sucesso, um acordo de comércio livre há 18 anos.

O NÚMERO de mortos na sequência da explosão, há mais de uma semana, de um camião-cisterna em Caphiridzange, em Tete, Moçambique, subiu para 93, informou a Rádio Moçambique.



RECEP TAYYIP Erdogan avisou que, se as ameaças à Turquia continuarem, abrirá as fronteiras e deixará sair uma imensa vaga de refugiados para a Europa. A UE suspendeu as negociações de adesão da Turquia.



Governo moçambicano espera que 60% da população adulta tenha acesso a serviços financeiros até 2022.



## DO REINO UNIDO E DA SUÉCIA Moçambique recebe apoios

O Reino Unido e a Suécia assinaram, na semana passada, em Maputo, um acordo de financiamento de um programa de acesso de populações carenciadas e pequenas empresas a serviços financeiros, num total equivalente a 23 milhões de dólares.

Segundo um comunicado da representação sueca em Maputo, o acordo de cooperação prevê a canalização de 40 milhões de coroas pela Suécia (5,3 milhões de dólares) e de 11,9 milhões de libras (18 milhões de dólares) pelo Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional, e pretende abranger 650 micro, pequenas e médias empresas e mais de dois milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade e sem acesso a serviços financeiros em Moçambique, sobretudo nas zonas rurais.

O acordo vai financiar o pro-

grama Financial Sector Deepening de Moçambique e terá início imediato, com a duração de três anos, em articulação com doadores, empresas, comunidades e o Governo moçambicano. “As 4,9 milhões micro, pequenas e médias empresas são os actores mais importantes para a criação de emprego produtivo e tornar o crescimento inclusivo uma realidade”, declarou, Mikael Elofsson, chefe de Cooperação da Embaixada da Suécia, citado no comunicado.

Dados adiantados em Julho pelo Banco Mundial em Moçambique indicam que apenas 24% da população adulta tem acesso a serviços financeiros formais, contra 13% em 2009.

Segundo a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, o Governo moçambicano espera que 60% da população adulta tenha acesso a serviços financeiros até 2022 e que todos os distritos do país possuam, pelo menos, um ponto de acesso a entidades formais.

## EM PROJECTOS PNUD apoia São Tomé

O Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vai financiar em mais de 42 milhões de dólares três projectos de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe nos próximos cinco anos, anunciou a coordenadora, Zahira Virani.

Coesão social, luta contra a pobreza e desenvolvimento económico são os três grandes projectos para o período de 2017 a 2021 anunciados aos jornalistas pela coordenadora do PNUD, à saída de um encontro com o ministro são-tomense dos Negócios Estrangeiros e Comunidade, Urbino Botelho.

O financiamento está dividido em 6,6 milhões de dólares por ano, mas o PNUD espera conseguir mais ajuda de outros parceiros com vista a aplicar estes programas “de forma mais satisfatória”, disse.



O Brasil enfrenta uma profunda recessão e já contabiliza 12 milhões de desempregados.



## CRISE NO BRASIL

### Consumidores pessimistas

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) no Brasil caiu 3,3 pontos para 79,1 pontos em Novembro, após seis altas consecutivas, sobretudo devido ao pessimismo em relação à situação económica geral. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mede o ICC, revelou ter havido uma “diminuição da satisfação dos consumidores em relação ao presente e piora as expectativas em relação aos meses seguintes”.

“O resultado de Novembro resulta da calibragem de expectativas. Na falta de notícias positivas na frente económica e dada a contínua deterioração do mercado de trabalho, uma parcela dos consumidores brasileiros reduziu o optimismo em relação à perspectiva de melhora no horizonte

de seis meses” disse a coordenadora da sondagem do consumidor, Viviane Seda Bittencourt.

Entre os indicadores que integram o ICC, o que mede o optimismo em relação à situação económica o futuro acumulou perdas de 6,2 pontos entre Outubro e Novembro, atingindo 108,1 pontos, após ter acumulado um avanço de 30,9 pontos entre Junho e Setembro. O Índice da Situação Actual recuou 1,1 pontos, para 67,9, o menor valor desde Julho, enquanto o Índice de Expectativas caiu 4,9 pontos, atingindo 87,7 e interrompendo uma sequência de seis altas seguidas.

Já o grau de satisfação em relação à situação financeira das famílias caiu 1,2 pontos para 62,4 pontos, retornando ao nível de Setembro.

O Brasil enfrenta uma longa e profunda recessão e já contabiliza 12 milhões de desempregados.

## CABO VERDE

### Orçamento de Estado/2017 aprovado

O parlamento cabo-verdiano aprovou, na generalidade, o Orçamento de Estado (OE) para 2017 com os votos favoráveis do partido do governo (MpD), contra do maior partido da oposição (PAICV) e a abstenção da UCID.

O OE para 2017, o primeiro para um ano completo do Governo do Movimento para a Democracia (MpD), terá um montante global de 56 mil milhões de escudos (cerca de 508 milhões de euros).

O executivo prevê arrecadar receitas de cerca de 50 mil milhões de escudos (cerca de 454 milhões de euros), sendo a previsão da despesa estimada em 56 mil milhões de escudos (cerca de 660 milhões de dólares).

De acordo com a proposta, que esteve em discussão desde segunda-feira na sessão parlamentar que decorreu até sexta-feira, o governo prevê, para o próximo ano, um crescimento económico na ordem dos 5,5% e a redução do défice das contas públicas para 3%.

O primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva anunciou a retirada do OE do aumento previsto

de 0,5% da taxa do IVA destinado a financiar um programa de emergência para fazer face aos estragos causados pelas chuvas em Santo Antão.

A retirada da medida foi justificada pelo governo com o facto de a União Europeia ter disponibilizado 10 milhões de dólares para esse fim. O Governo estimava recolher com o aumento do IVA pouco mais de cinco milhões de dólares.



# Ambiente



Relatam-se casos de tortura a garimpeiros e mutilação dos genitais de mulheres, nas Lundas.

ORGANIZAÇÕES CIVIS BUSCAM MELHORIAS

## Comunidades afectadas por empresas

**RECURSOS NATURAIS.** Grupo de sete organizações reuniu-se na primeira conferência sobre recursos naturais em Angola.

Participantes manifestaram preocupações unânimes sobre carências das comunidades, cujas terras são exploradas.

Por Pihia Rodrigues

O responsável da Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA) denunciou vários casos de violação dos direitos humanos nas áreas de exploração mineira, por empresas exploradoras. Manuel Pembele destacou casos de tortura a garimpeiros e mutilação dos órgãos genitais de mulheres, nas Lundas, a utilização de mão-de-obra barata infantil, desvios de percursos naturais dos rios, despovoação de espécies vegetal e animal, expropriação de terras para o cultivo e habitação das comunidades, já que a terra “é a fonte primária de sobrevivência das comunidades”.

Estas e outras situações, continuou o dirigente associativo, incentivaram grupos da sociedade angolana

a engajarem-se na busca de experiências através desses diálogos “abertos” para levar a cabo acções concretas que promovam boas práticas nas indústrias extractivas para garantir o bem-estar das comunidades.

Dos convidados, vindos de todo o país, o assunto que mais inquietaram foram os maus-tratos por parte de empresas que exploram os principais recursos naturais do país.

A Conferência Nacional sobre os Recursos Naturais em Angola pretende, de acordo com Carlos Cambuta, da ADRA (co-organizadora), que o Estado privilegie a participação da sociedade na gestão dos recursos naturais. O dirigente associativo espera das empresas a actuação no âmbito da “responsabilidade social corporativa”, o que é uma obrigação legal, e as comunidades impactadas possam beneficiar desses recursos, porque “há empresas que não estão a cumprir a obrigatoriedade”.

Este evento no país recebe o nome de ‘Cota’ (‘tchota’ pronúncia em Cokwe) significa jango- espaço de resolução de conflitos.

É uma plataforma de diálogo inclusivo entre diferentes actores em torno da situação dos recursos naturais. É um evento alargado que teve início na África do Sul e se realiza anualmente. Participam, além dos Governos, igrejas e empresas do sector, que discutem e propõem soluções para a melhoria da gestão dos recursos, de maneira a que os benefícios “contribuam para a melhoria da vida dos cidadãos e para o desenvolvimento sustentável do país. Nesta edição, foram convidados representantes de organizações da África do Sul, República Democrática do Congo, Moçambique e Zimbábue.

O evento foi organizado por um grupo das organizações da sociedade: AJPD, ADRA, AJUDECA, CEIC, CICA, Mãos Livres e Mosaiko. Foram analisados temas como os mecanismos para a melhoria da gestão dos recursos naturais, impacto da exploração dos mesmos nas comunidades e estados dos principais recursos naturais que geram riqueza no país, como diamantes, petróleo, hidrocarbonetos e florestas.

CONFERÊNCIA DO AMBIENTE

## Angola promete combater alterações climáticas

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, considerou, no fim da conferência internacional sobre alterações climáticas, que a agricultura e os oceanos são “fundamentais” para cumprir com os objectivos do desenvolvimento sustentável.

A governante reafirmou o posicionamento de Angola no último dia do encontro de alto nível da 22.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP22), em Marraquexe, Marrocos, sobre o Acordo de Paris, aprovado no ano passado, em França.

A ministra destacou os oceanos e a agricultura como sectores-chave que devem merecer uma atenção para articular as questões climáticas no quadro dos objectivos do desenvolvimento sustentável que a ONU prevê atingir até 2030.

A governante assegurou também o compromisso de Angola com “acções concretas e projectos para a mitigação e a adaptação às alterações climáticas”.

O documento, emitido pelo Ministério do Ambiente, refere que, para a chefe da delegação angolana, é fundamental continuar a aprimorar os mecanismos para garantir a operacionalização do acordo, primar por uma economia de baixo carbono e o

financiamento aos países mais vulneráveis. “Angola já sente os efeitos das alterações no clima em algumas regiões, por isso o país tem uma agenda a cumprir no quadro do plano nacional de adaptação.”

Da conferência foram tiradas ilações sobre a necessidade de integrar também o sector privado, com projectos para a mitigação, a participação da sociedade civil, bem como o reforço das acções de educação às comunidades e na informação sobre cuidados com a floresta e maior atenção às queimadas descontroladas.

Para Fátima Jardim, a conferência de Marraquexe mostrou que existe “vontade política das lideranças mundiais” e que a questão das alterações climáticas não tem retorno. “Neste capítulo, Marraquexe também foi um exemplo de cooperação multilateral”, disse.

A ministra manteve encontros, à margem da COP22, participou numa cimeira especial sobre África, promovida pelo rei de Marrocos, Mohammed VI, e assinou um acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA). O encontro mundial, que reuniu cerca de 20 mil pessoas, terminou dia 18, e confirmou que 107 países já ratificaram o acordo climático de Paris, que entrou em vigor a 4 de Novembro.

Por: Pihia Rodrigues



Fátima Jardim admite que Angola já sente os efeitos das alterações climáticas.

# Educação & Tecnologia

PREÇOS VÃO RONDAR OS 63 MIL DÓLARES

## Carro voador preparado para descolar a partir de 2018



O avião voador tem uma autonomia de 750 quilómetros.

**(A)VIACÃO.** Daqui a pouco mais de um ano, poderá olhar para o céu e, ao invés de avião, ver um carro... a voar. Trata-se do AeroMobil cuja descolagem está prevista para 2018. Poderá custar pouco mais de 63 mil dólares.

O anúncio foi feito pela empresa eslovaca que surpreendeu o mundo em 2010, altura em que revelou este projecto. Seis anos depois e mais de 10,5 milhões de dólares investidos, a companhia sediada nos arredores de Bratislava, a capital da Eslováquia, garantiu, na passada semana, que estará pronta para colocar no ar, em 2018, o AeroMobil, um misto de carro e de avião, que anuncia uma autonomia de 750 quilómetros e cujos requisitos operacionais

são simples: 300 metros para descolar e cerca de 200 para aterrar. Tudo isto vai ficar pela módica quantia de 63 mil dólares – valor

10

milhões de dólares, valor investido para a realização do projecto.

que pode até duplicar, mediante os extras solicitados pelo comprador. Está claro que não basta ter poder de compra: para conduzir este veículo serão necessárias, pelo menos, 40 horas de voo.

Com chassi próprio e motor a gasolina, o AeroMobil tem na sua base dois protótipos, o 2.5 e o 3.0, que darão origem a um sucessor devidamente certificado como ultra-leve pelas autoridades e adaptado às infra-estruturas aeroportuárias. Os ensaios começaram há ano e meio e, neste momento, estão a ser testados 54 motores antes de ser possível efectuar encomendas, o que ocorrerá já no próximo ano.

COMPANHIA PODE SER VALORIZADA EM 25 MIL MILHÕES DE DÓLARES

## Snapchat está 'pronto' para entrar em bolsa

**REDES SOCIAIS.** Snapchat já enviou documentos necessários para oferta pública inicial. Empresa pode ser valorizada em cerca de 20 ou 25 mil milhões de dólares.

A empresa Snap Inc., detentora da rede social Snapchat, apresentou, de forma confidencial, uma oferta pública inicial (OPI), indicam fontes não identificadas mas pró-

ximas do processo à Bloomberg. A documentação foi entregue uma semana antes das eleições presidenciais nos EUA e a avaliação pretendida pela empresa está entre os 20 e os 25 mil milhões de dólares.

Se toda a informação for confirmada, este mês será a maior entrada em bolsa desde a entrada de Alibaba, em 2014, que foi ava-

liada em mais de 170 mil milhões de dólares. Prevê-se que a abertura do capital possa acontecer em Março de 2017 e que a empresa terá como objectivo angariar quatro mil milhões de dólares na oferta pública, onde as acções são vendidas ao público pela primeira vez no mercado bolsista.

Segundo a mesma publicação, Morgan Stanley e Goldman Sachs são as instituições responsáveis por liderar a oferta. A empresa não considera que o presidente eleito, Donald Trump, tenha um efeito negativo no negócio, mas não coloca de parte a hipótese de, caso seja necessário, adiar a OPI.



A abertura do capital está prevista para Março de 2017.

# Marcas & Estilos

## Super macio

Este cobertor é feito de fios de lã Merino australiana superfinos, uma das fibras mais suaves do mundo. Super macio, quente e agradável para o toque. Esta lã de excelente qualidade só pode ser lavada a seco, com um líquido profissional para manter a originalidade.

## Sons personalizados

Com uma longa lista de melhorias em relação aos modelos anteriores, os auriculares Harmony 8.2 estão a ser considerados como um dos melhores IEM personalizados na sua categoria.

## Diferentes

São sapatos de renda, num dos seus estilos de frente aberta. O Derby, com um aspecto relaxado, permite um ajuste de laço maior, apropriado para qualquer forma de pé. Um resultado da costura de abas de ilhó.

## Totalmente funcional

Esta pasta apresenta desgaste moderado e é totalmente funcional. A referência exterior de ouro ou prata, a menos que especificado de outra forma, descreve a cor e não se destina a inferir o tipo de metal.

## Salto decorados

Os produtos Feisty são normalmente atraentes e decididamente 'fashion'. A prova disso são estes saltos altos (meias botas) de couro, decorados com tacos de metal impressionante.

## Altas frequências

A Breguet criou este cronógrafo com uma frequência excepcionalmente alta, permitindo que o contador de segundos mantenha a contagem precisa! No centro dessa exploração técnica, está o uso de silício, que resulta em componentes móveis mais leves e na prevenção dos problemas de lubrificação gerados por altas frequências.

## TURISMO

### Sal para o fim do ano

Com o aproximar do final do ano, é bom começar a planear o 'reveillon'. Em tempos de crise, além das óbvias alternativas cá dentro, a Ilha do Sal, em Cabo Verde, pode bem ser uma excelente alternativa. Primeiro, porque oferece uma temperatura tropical todo o ano, sem os excessos de calor e, claro, sem frio. E depois porque tem disponível uma enorme gama de hotéis de todos os tipos e de vários preços. Juntam-se a isto, os pacotes turísticos – românticos ou de família – e a ilha é quase ideal. Além das praias, oferece espectáculos 'ao vivo' e ninguém se surpreende se se cruzar, num restaurante, com um dos famosos músicos cabo-verdianos a actuar.



## AUTOMÓVEL

### Um carro à angolana

A marca justifica ter criado o C3 com linhas "mais masculinas" para fugir ao estereótipo de que o carro é para mulheres. A avaliar pelo sucesso, na Europa, a Citroen conseguiu mesmo cativar mais homens. Talvez pelo olhar mais robusto deste novo modelo. Mas, olhando bem para ele, é um automóvel quase ideal para as ruas de Luanda. Alto, espaçoso para famílias, tem uma espécie de protecção nas portas dian-

teiras, que bem pode minimizar os choques. Traz ainda um tecto panorâmico com protecção solar, gasta pouco, cada carro tem um sistema de detecção à distância e não escapa à 'banga': há modelos de várias cores, garridas para ser bem visível, e com pormenores que fazem do automóvel quase um arco-íris. Na Europa, os mais baratos custam 15 mil euros, mas sem impostos.



## AGENDA

### LUANDA

#### 2 DE DEZEMBRO

Ismael Mateus vende e autografa o livro 'O Cidadão Ismael' volume I e II, no Cine Tropical, com um recital de poesia com João Carlos Van-Dúnem e Kieza Silvestre.

#### 2 E 3 DE DEZEMBRO

Dinélia Produções e Eventos realiza o 'Angola international Fashion Show', no Centro de Convenções da Talatona, com Coréon Dú e Yola Semedo. A partir das 19 horas.

#### 4 DE DEZEMBRO

A Mídia Arte realiza o Festival de Moda Infantil, no Centro Cultural Paz Flor. Bilhetes a 5.000 kwanzas. A partir das 18 horas.

#### 10 DE DEZEMBRO

Yola Semedo e banda actuam no espaço Tchianda House, com participação especial de Valdemar Ngombo, pelas 19 horas.

#### 17 DE DEZEMBRO

'Show' de Matias Damásio ao vivo no Pavilhão da Cidadela. Bilhetes a 15.000, 2.500 e 1.500 kwanzas. A partir das 20 horas.

*Nestas obras e na exposição, a história e o impacto que tem sobre a totalidade da existência humana ganha corpo. A história não é um tema ou o tema desta exposição.*

**HILDEBRANDO DE MELO ESTREIA-SE NA ESCULTURA**

## A arte em metal em exposição



Por Amélia Santos

A história é um objecto', é a primeira exposição de escultura em metal e a primeira incursão na tridimensionalidade de Hildebrando de Melo. A exposição foi inaugurada a 24 de Novembro, no Centro Cultural Português, em Luanda, e

fica patente até 15 de Dezembro. O artista plástico apresenta um conjunto de 16 obras de escultura, em metal e formas soldadas. A crítica de arte e galerista Valerie Kabov descreve a exposição como "construções estranhas, com formas de criaturas, que constituem de uma maneira ou de outra, confirmações fundacionais das ideias que, de alguma forma, pairavam

sobre as obras bidimensionais do artista (...). Nestas obras e na exposição, a história, e o impacto que tem sobre a totalidade da existência humana, ganha corpo. A história não é um tema ou o tema desta exposição. "O tema da exposição é o nosso sentido de humanidade e a história é um objecto no qual a nossa humanidade se encontra gravada."

**NGIANDU KAPELA, EM EXPOSIÇÃO**

## Galeria Tamar Golan, Luanda

Ngiandu Kapela inaugurou, na quinta-feira, a exposição individual 'Eis o Artista', na galeria Tamar Golan, da Fundação Arte e Cultura. Aberto de segunda a sábado, das 9 horas às 17h30. Entradas livres. Ngiandulo formou-se na RDC na Academia de Belas Artes, e em Artes Gráficas e Comunicação Visual.



**GUIZEF GUILHERME EXPÕE A BELEZA FEMININA**

## Espaço Ela, Luanda

Guizef apresenta, no Espaço Luanda Arte, 'ELA', no prédio da De Beers, a exposição 'Minha Gente', quem de acordo com o artista, a ideia era "pegar de norte ao sul o que temos de bom" e então patentear na exposição com vibração e força africana o lado guerrilheiro da mulher angolana, os adornos decorativos para o embelezamento do género e várias outras facetas. Fica patente até 30 de Novembro.



**PEDRO PIRES EM EXIBIÇÃO NA ÁFRICA DO SUL**

## Galeria Momo, África do Sul

Na África do Sul, na galeria MOMO, em Joanesburgo, o artista plástico angolano Pedro Pires expõe 'Doppelgänger' de 1 Dezembro 2016 a meados de Janeiro de 2017. O título refere-se a uma identidade possível proposta que as esculturas e os desenhos têm, representando uma visão dos contextos sociais em Joanesburgo.



NÚMEROS DA SEMANA

1.000

Milhões de dólares, valor que será investido, num período de cinco anos, pelo grupo empresarial chinês Huafeng no agro-negócio e na indústria.

39,7

Valor percentual do crescimento do produto bancário agregado, em 2015, revela a empresa de consultoria KPMG.

35

Mil milhões de kwanzas é o orçamento destinado à preparação e realização das eleições em 2017.

692,7

Milhões de dólares, valor autorizado pelo Presidente da República para a construção das vias de acesso do novo Aeroporto Internacional de Luanda.

ZONA DE PARTILHA ENTRE ANGOLA E O CONGO

Produção petrolífera cai no Lianzi

As autoridades angolanas e do Congo/Brazzaville estão a trabalhar para inverter a tendência de baixa produção de petróleo, na zona de exploração conjunta (campo de Lianzi). A produção caiu de 31 mil barris/dia para 23 mil barris/dia. Segundo o ministro angolano dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, apesar desse quadro, os dados técnicos apresentados não permitem manter um nível de produção abaixo dos 31 ou 35 mil barris/dia.

Botelho de Vasconcelos informou que as reuniões entre os dois países são periódicas e regulares, o que tem permitido avaliar o desenvolvimento do projecto. A última reunião aconteceu, na passada sexta-feira, em Luanda, onde Angola tomou conhecimento da evolução do projecto,

dos níveis de produção e orçamento.

Já o ministro congolês dos Hidrocarbonetos, Jean Mare Tchicaya, que assume a presidência em exercício do Comité de Unitização, avançou que as principais preocupações passam pela redução dos custos de produção, bem como a reestruturação do secretariado executivo do Comité de

Unitização. “Orgulha-nos constatar o bom funcionamento do Comité de Unitização. Devemos enfrentar a baixa de produção, que se deve à redução de águas dos reservatórios”.

O Campo de Lianzi está localizado na fronteira marítima entre Angola e o Congo, apresentando um potencial de 70 milhões de barris.



PREVISÃO DA ECONOMIST INTELLIGENCE

Economia cresce menos de 3% até 2021

A economia angolana poderá crescer menos de 3% até 2021, segundo previsões da Economist Intelligence, que, por essa razão, prognostica o aumento do risco de incumprimento de compromissos financeiros dos Estado, tendo em conta a subida do rácio da dívida pública face ao Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com os especialistas da

unidade de análise da revista britânica The Economist, a despesa com o serviço da dívida em 2017 deverá aumentar para 36,28%, enquanto a perspectiva de crescimento económico menos de 3%, entre 2017 e 2021.

Sobre a decisão governamental de excluir o montante de dívida das empresas públicas, como a Sonangol ou a TAAG, para efeitos do cálculo do rácio de dívida face ao PIB

permitido por lei (60%), os peritos da EIU afirmam que se um incumprimento acontecer, “a dívida soberana seria confrontada com taxas de juro mais altos sobre a emissão de dívida, e isso iria prejudicar as taxas de crescimento da economia no futuro”.

O ministro das Finanças, Archer Manguerra, explicou a decisão com a necessidade de corrigir inconsistências dentro da moldura legislativa, mas a oposição acusou o Governo de tentar manipular os números, uma vez que retirar a dívidas das grandes empresas públicas reduz automaticamente o rácio da dívida pública face ao PIB, “o que sugere que este é um exercício para melhorar as aparências, em vez de apertar a gestão fiscal”, escreve a EIU.



NEGÓCIOS

Polacos de olhos no Namibe

Um grupo de empresários da Polónia esteve no Namibe para identificar oportunidades de negócios e de investimentos em diversas áreas a nível da província, rica em recursos marinhos e agro-pecuários. Acompanhados pelo embaixador polaco em Angola, Piotr Mysliwiec, os empresários mantiveram um encontro com o governador da província, Rui Falcão, por quem foram informados das potencialidades económicas locais.

Segundo o diplomata, os empresários polacos estão interessados em investir no Namibe, principalmente na agricultura, tendo como proposta a exportação para Angola de máquinas de transformação agro-alimentar. Há também interesse em investir no domínio de energia eléctrica, a partir das fontes renováveis e na purificação das águas residuais.

Os sectores das pescas, agro-pecuário, recursos mineiros, como as rochas ornamentais (mármore e granitos), do turismo e agro-indústria, constituem a base de sustentação económica do Namibe e servem como pontos de partida para a cooperação económica.

O VALOR ESTA SEMANA

DIAMANTES

Nova prospecção na Lunda

A empresa pública Endiama Mining foi autorizada pelo Governo a avançar com mais um novo projecto de prospecção e avaliação de depósitos primários de diamantes, situado numa área correspondente a 3.000 quilómetros quadrados, na província da Lunda-Sul. O projecto implicou um investimento de 16 milhões de dólares, só na fase de prospecção. Pág. 8

INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Mais uma operadora

A EWS, empresa prestadora de serviço à indústria dos petróleos, pretende evoluir para operadora petrolífera, nos próximos tempos. A firma aguarda a abertura de licitação de blocos petrolíferos para efectuar candidatura e garante possuir tecnologia capaz de reduzir os custos operacionais do mercado. Pág. 17



ENTREPOSTO

Três filiais pelo país

Entrepósito Aduaneiro de Angola está a investir 1.692 milhões kz na construção de três novas filiais, em Malanje, Uíge e Cunene. As empreitadas, que deverão estar concluídas no primeiro trimestre de 2017, estão orçadas, cada uma, em 564 milhões kz. Estratégia visa abastecer províncias abrangidas com produtos da cesta básica. Pág. 16